

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI
Atos do Prefeito

DECRETO Nº 13.375/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3382/2018, de 28 de dezembro de 2018.

D E C R E T A:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 52.541,67 (cinquenta e dois mil, quinhentos e quarenta e um reais e sessenta e sete centavos) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso I e III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 06 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019
RODRIGO NEVES – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 13.375 /2019
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
20.43	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	12.361.0135.3067	335039	100	52.541,67	-
99.99	RESERVA DE CONTINGÊNCIA	99.999.9999.9024	999999	100	-	52.541,67
TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					52.541,67	52.541,67

NOTA:

FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

DECRETO Nº 13.376/2019

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no art. 4º, da Lei nº 3382/2018, de 28 de dezembro de 2018.

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito suplementar e outras alterações orçamentárias ao Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, no valor global de R\$ 24.753.013,17 (vinte e quatro milhões, setecentos e cinquenta e três mil, treze reais e dezessete reais) para reforço de dotações orçamentárias, na forma do Anexo.

Art. 2º O crédito suplementar de que trata o artigo anterior será compensado de acordo com o inciso I e III, do § 1º do artigo 43, da Lei nº 4320, de 17 de março de 1964, na forma do Anexo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo efeitos a partir de 06 de novembro de 2019.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019
RODRIGO NEVES – PREFEITO

ANEXO AO DECRETO Nº 13.376 /2019
CRÉDITO SUPLEMENTAR E OUTRAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

ÓRGÃO/UNIDADE		PROGRAMA DE TRABALHO	ND	FT	ACRÉSCIMO	REDUÇÃO
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	04.122.0145.4191	449052	138	31.000,00	-
10.83	FUNDO NITEROI PREV - FINANCEIRO	09.122.0145.4188	339091	282	120.000,00	-
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.122.0145.4192	339030	202	22.033,60	-
41.41	FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITEROI - FAN	13.392.0136.4108	339036	138	102.001,17	-
41.41	FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITEROI - FAN	13.392.0136.4108	339039	138	102.001,17	-
23.01	SEC MUN DE PLAN. ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	04.122.0145.4191	339033	100	10.000,00	-
23.01	SEC MUN DE PLAN. ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	04.122.0145.4191	339014	100	10.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0133.4048	449052	100	59.832,74	-
23.01	SEC MUN DE PLAN. ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	04.122.0145.4191	339039	100	2.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0133.4052	449052	207	45.784,76	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.4192	449052	207	307.580,42	-
23.01	SEC MUN DE PLAN. ORÇAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO	04.122.0145.4191	339030	100	2.000,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	04.122.0145.4191	339033	100	912,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	04.122.0145.4191	339014	100	2.154,67	-
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0010.4006	339039	138	33.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0133.4047	449052	207	55.595,78	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.305.0133.4051	449052	207	3.270,34	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.304.0133.4050	449052	207	3.270,34	-
10.83	FUNDO NITEROI PREV - FINANCEIRO	04.122.0145.4192	339098	203	107.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.303.0133.4055	449052	207	3.270,34	-
41.41	FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITEROI - FAN	04.122.0145.4191	339039	138	2.989.627,46	-
10.51	EMPRESA MUN DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO	15.451.0010.3011	449051	138	259.586,00	-
17.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	04.122.0145.4191	339039	138	3.045.000,00	-
24.01	ENC FINANC DO MUNICIPIO- REC SOB SUPERVISAO DA SMF	04.122.0900.4201	339047	138	700.000,00	-
20.43	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	12.122.0145.4191	339039	138	20.583,33	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	15.451.0010.4011	339039	138	139.164,75	-
25.42	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	10.122.0145.4191	339039	138	1.064.224,06	-
24.01	ENC FINANC DO MUNICIPIO- REC SOB SUPERVISAO DA SMF	28.846.0900.4188	319091	138	10.000.000,00	-
41.41	FUNDAÇÃO DE ARTE DE NITEROI - FAN	13.392.0136.4108	339039	138	400.000,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	15.452.0010.3017	339039	138	1.238.356,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.4192	339039	138	207.579,39	-
16.01	SEC MUN DE ASSISTENCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS	08.306.0142.4162	339039	138	839.605,27	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.122.0145.4192	339092	138	271.196,28	-
22.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E MOBILIDADE	15.451.0010.3003	449061	138	5.139.000,00	-
20.43	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	12.361.0135.4070	339039	138	414.916,30	-
20.43	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - FME	12.361.0135.3067	339139	138	541.667,00	-
26.01	SEC MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS	15.452.0010.4015	339039	138	2.959.800,00	-
25.42	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS	10.302.0145.0963	339039	203	3.500.000,00	-
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.302.0133.4053	339039	207	-	271.606,68
99.99	RESERVA DE CONTINGENCIA	99.999.9999.9024	999999	100	-	27.066,67
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.301.0133.4048	339039	100	-	59.832,74
53.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA	04.122.0145.4191	339039	138	-	64.000,00
10.83	FUNDO NITEROI PREV - FINANCEIRO	04.122.0145.4192	339039	282	-	120.000,00
25.43	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	10.271.0900.4195	319013	207	-	147.165,30

Página 2

10.83	FUNDO NITEROI PREV - FINANCEIRO	09.272.0900.0954	319003	203	-	107.000,00
16.72	FUNDO MUNICIPAL PARA ASSISTENCIA SOCIAL - FMAS	08.122.0145.4192	339004	202	-	22.033,60
13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPACAO SOCIAL	14.422.0140.4222	339039	138	-	9.882,63
13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPACAO SOCIAL	14.422.0140.4224	339039	138	-	120.000,00
13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPACAO SOCIAL	14.422.0140.4229	339039	138	-	24.706,57
13.01	SECRETARIA MUNICIPAL DE PARTICIPACAO SOCIAL	14.422.0140.4231	339039	138	-	49.413,14
	EXCESSO DE ARRECADAÇÃO			203		3.500.000,00
	SUPERÁVIT FINANCEIRO			138		30.230.305,84
	TOTAL DAS ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS					34.753.013,17
						34.753.013,17

NOTA:

FONTE 100 – ORDINÁRIOS PROVENIENTES DE IMPOSTOS

FONTE 138 – COMPENSAÇÃO FINANCEIRA PELA EXPLORAÇÃO E PRODUÇÃO DE PETRÓLEO

FONTE 202 – CONVÊNIOS

FONTE 203 – RECURSOS PRÓPRIOS NÃO FINANCEIROS

FONTE 207- RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

FONTE 282 – RECURSOS PRÓPRIOS FINANCEIROS

DECRETO Nº 13.377 /2019

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO E GESTÃO DO PROGRAMA POUPANÇA ESCOLA, INSTITUÍDA PELO ARTIGO 13 DA LEI Nº 3.363 DE 16 DE JULHO DE 2018, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NITERÓI, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

DECRETA:

Art. 1º Em conformidade com o Artigo 13 da Lei nº 3.363 de 16 de julho de 2018, ficam nomeados para compor a Comissão de Fiscalização e Gestão do Poupança Escola (CFGPE), os seguintes membros:

I - Pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos

Titular - Vilde Dorian da Silva Castro – mat. 12441940

Suplente – Rachel de Aguiar Batista – contrato 12443700

II - Pela Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia

Titular – Ana Cristina Costa dos Santos – mat. 11233567-7

Suplente – Ronald dos Santos Quintanilha mat. 237827-5

III - Pela Secretaria Municipal de Fazenda

Titular – Thaisa Venel Braga – mat. 242.347-0

Suplente – Catarina Nae Yen Kuo – mat. 12441030

IV - Pela Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão

Titular – Marília Sorrini Perez Ortiz – mat. 1243426-0

Suplente – Daniel Caldas Gaspar – mat. 1244114-0

V – Pelo Conselho Municipal de Assistência Social de Niterói

Titular – Odila Dias Curi – matrícula 437183

Suplente – Maria Inez Bernardes do Amaral – matrícula 112374031

VI – Pelo Conselho Municipal de Educação de Niterói

Titular – Patrícia Gomes Pereira Moreira

Suplente – José Henrique Antunes

VII – Pela Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro (SEEDUC)

Titular – Beatriz Vianna da Rocha Trézze – matrícula 02808962 – id 40567117

Suplente – Jorge Antônio Paes Lopes – matrícula 08451189 – id 40567117

Art. 2º A presidência da CFGPE será exercida pela Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos.

Art. 3º A CFGPE elaborará e publicará o Regimento Interno de funcionamento da comissão em até 60 (sessenta) dias da data de publicação deste decreto.

Art. 4º A comissão desempenhará suas funções sem ônus para o erário municipal.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

RODRIGO NEVES- PREFEITO

DECRETO Nº 13.378 /2019

O Prefeito Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no disposto no art. 66, VI, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica criada a Política Municipal de Prevenção à Violência de Niterói (PMPV), que estabelece e orienta as ações do eixo de Prevenção do Pacto Niterói contra a Violência, sendo composta por ações intersetoriais integradas, de caráter preventivo, dirigidas a intensificação dos fatores de proteção e a redução dos fatores de risco à violência que atingem crianças, adolescentes, jovens e famílias niteroienses.

Parágrafo único- As ações expressamente citadas neste decreto não são exaustivas e outros programas relacionados à prevenção de fatores de risco e promoção de fatores protetivos podem ser adicionados à Política Municipal de Prevenção à Violência.

Art. 2º APMPV atua segundo os seguintes princípios fundamentais:

I – Concepção de violência como um fenômeno complexo e multifatorial que engloba dimensões históricas, sociais, políticas, econômicas, culturais, institucionais, identitárias (raça, gênero e orientação sexual) e subjetivas;

II – Enfrentamento à violência por meio de um modelo integrativo de gestão pública, que implique em articulação e intervenção, no âmbito do território, dos serviços públicos, tais como, segurança pública, educação, saúde, assistência social, urbanismo, meio ambiente, esporte, lazer, cultura e desenvolvimento econômico, em interconexão com agentes e ações vinculadas a organizações não-governamentais, movimentos sociais e comunidades;

III- Estímulo ao protagonismo e à participação dos sujeitos envolvidos nos diversos projetos de prevenção a violência, concebendo-os como sujeitos de direitos e não meros objetos das políticas públicas;

Art. 3º A Política Municipal de Prevenção à Violência tem os seguintes objetivos:

I – Prevenir a violência por meio da integração e intensificação das políticas públicas e ações da sociedade civil existentes nos territórios;

II – Reduzir a vulnerabilidade e prevenir o agravamento do risco à violência de crianças, adolescentes, jovens e famílias;

III – Reduzir a violência exercida contra os cidadãos niteroienses, com atenção a grupos socialmente vulneráveis, tais como, crianças, adolescentes, jovens, mulheres, população LGBT, negros, grupos étnicos minoritários e pessoas em situação de rua;

IV – Redução da infrequência, abandono e evasão escolares;

V – Fomentar a cultura de promoção à vida e a convivência cidadã;

VI - Prevenir a reprodução da violência por meio do acolhimento, reinserção social e acompanhamento de pessoas em situação de violação de direitos e risco social;

VII – Oferecer ações, serviços e incentivos que contribuam para reduzir as diversas expressões da vulnerabilidade social subjacentes à violência, de maneira sensível à identidade dos territórios alcançados por estes;

VIII – Promover a constituição de redes de apoio e o fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários, ampliando os fatores de proteção à violência;

Art. 4º A PMPV atuará nos seguintes níveis de atenção:

I - Primária: de caráter universal, refere-se a estratégias que buscam intensificar fatores de proteção e fomento a cultura de promoção à vida nos âmbitos familiar, escolar e comunitário.

II - Secundária: de caráter especializado de média complexidade, engloba um conjunto de ações em territórios identificados como mais vulneráveis à violência, com foco nos jovens destes territórios, no sentido da prevenção do agravamento do risco.

III - Terciária: de caráter especializado de alta complexidade, engloba um conjunto de ações destinadas ao acolhimento, reinserção social e acompanhamento de adolescentes, jovens e adultos em conflito com a lei e seus familiares, no sentido da prevenção do agravamento do risco.

Art. 5º A Política Municipal de Prevenção à Violência atuará nos âmbitos:

I – familiar;

II – escolar, e

III – comunitário.

CAPÍTULO I

PREVENÇÃO PRIMÁRIA

Art. 6º As estratégias da prevenção primária à violência dirigem-se a toda a população em equipamentos públicos da cidade, intensificando fatores de proteção que concorrem para a prevenção da ocorrência da violência.

Art. 7º A prevenção primária à violência atinge a população por meio de projetos desenvolvidos nas áreas da educação, da saúde, da cultura, do esporte, do lazer, do meio ambiente, da profissionalização e do emprego, entre outros.

Art. 8º Os projetos e serviços de prevenção primária devem obedecer aos seguintes princípios:

I. Organicidade das ações por meio da articulação e integração entre os diversos projetos de prevenção do Pacto Niterói contra a Violência, demais políticas públicas e ações da sociedade civil no campo da violência;

II. Concepção dos participantes dos projetos como sujeitos ativos nos processos de reflexão e ressignificação da violência, pautando ações a partir das vivências dos mesmos em sua existência concreta, no nível individual e coletivo;

III. Valorização da participação, da troca de experiências, do diálogo e da experiência democrática em busca da ressignificação de relações violentas, da promoção de vivência familiar e comunitária segura;

IV. Inclusão, singularização do atendimento e valorização da diversidade cultural, considerando as diversas lógicas que regem as relações sociais e culturais, com necessidades, crenças, valores e significados particulares;

V. Fortalecimento de vínculos afetivos, ampliação das relações interpessoais comunitárias, construção de redes sociais e mudança de hábitos de vida;

Art. 9º Para implementar os princípios descritos no nível da prevenção primária serão desenvolvidos os seguintes projetos: Escola da Família, Escola da Paz, Poupança Escola e Mais proteção, responsáveis pela operacionalização dos objetivos a seguir:

I. Fortalecer a capacidade de prevenção à violência nas escolas municipais, oferecendo instrumentos e procedimentos pedagógicos aos professores para lidar com a realidade da violência por meio do desenvolvimento da autonomia socioemocional dos estudantes, do seu autoconhecimento, manejo das emoções, sociabilidade, processos de autorregulação e metacognição, empatia com o outro, respeito às diferenças, valorização da diversidade, e tomada de decisão responsável, em consonância com os Referenciais Curriculares para o Ensino Fundamental do município de Niterói.

II. Promover o desenvolvimento de habilidades socioemocionais e a melhoria da convivência escolar e comunitária por meio de espaços constituídos de escuta, fala e discussão e das linguagens artísticas e corporais (teatro, artes visuais, música, dança), além de outras estratégias, como jogos cooperativos e outras;

III. Promoção de habilidades socioemocionais tais como: autoconhecimento, autonomia, pensamento crítico, manejo das emoções, sociabilidade, respeito às diferenças, valorização da diversidade, tomada de decisão responsável, dentre outras;

IV. Disseminar, nas unidades escolares, práticas de mediação de conflitos baseados em comunicação colaborativa, melhorando a convivência escolar e produzindo efeitos no sentido da redução da violência verbal, psicológica e/ou física nestes espaços;

V. Promover o fortalecimento de práticas parentais com afeto e sem violência de gestantes, pais e cuidadores(as) usuários da rede pública de saúde, ampliando o escopo de intervenção no campo da prevenção à violência intrafamiliar, violência esta entendida enquanto expressão de um contexto social mais amplo permeado por diversas formas de violência tais como, a violência criminal, institucional, cultural, simbólica, de Estado, de gênero e intergeracional.

VI. Incentivar a conclusão do ensino fundamental e do ensino médio, potencializando: a continuidade dos estudos, o ingresso no mercado de trabalho; o empreendedorismo; o rendimento escolar dos estudantes; a frequência regular; o incremento do processo de ensino-aprendizagem; a redução da evasão escolar e seus efeitos intergeracionais na reprodução da pobreza; a ampliação dos fatores de proteção e a redução dos fatores de risco que influenciam os índices de criminalidade na juventude; o protagonismo, a responsabilidade e a autonomia do jovem na tomada de decisões sobre seu futuro;

VII. Prevenir o uso, por crianças e adolescentes, de drogas lícitas e ilícitas e o abuso destas substâncias no caso de jovens acima de 18 anos e adultos, buscando evitar danos relacionados a este consumo no que tange a inclusão social, a saúde e a qualidade de vida e seus respectivos efeitos de violência;

CAPÍTULO II

PREVENÇÃO SECUNDÁRIA

Art. 10 As ações de prevenção secundária à violência atuarão de forma complementar as ações da prevenção primária, com foco na juventude, identificando as situações de risco, prioritariamente de jovens e famílias que vivenciam situação de alta vulnerabilidade social e risco, e portanto, maior exposição à violência, materializando estratégias no sentido da prevenção do agravamento do risco.

Art. 11 A Prevenção Secundária à Violência focaliza demandas de territórios socialmente vulneráveis que possam agravar o risco à violência das comunidades adstritas a estes territórios, buscando enfrentá-las a partir de um conjunto de ações, que atendam aos seguintes princípios:

- I. Reconhecimento de direitos básicos da infância, adolescência e da juventude no âmbito das políticas públicas – saúde educação, esporte, lazer, emprego dentre outras - como estratégia basilar para prevenção secundária a violência.
- II. Valorizar articulações intersetoriais que proporcionem acesso aos direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente e no Estatuto da Juventude;
- III. Defender a perspectiva do respeito à identidade e à diversidade individual e coletiva de crianças, adolescentes e jovens como elementos cruciais para a prevenção secundária a violência;
- IV. Desconstruir processos e práticas sociais de essencialização de identidades da juventude negra e/ou pobre que acaba por reforçar o ciclo de exclusão social e simbólica desses jovens;
- V. Superar práticas assistencialistas, afirmando, ao contrário, estratégias que concebam o jovem como sujeito de direitos, capaz de refletir e agir sobre a própria história, desenvolvendo dispositivos que potencializem a participação de jovens no processo de construção de alternativas à violência e promoção dos fatores de proteção;

Art. 12 Para implementar os princípios descritos no nível da prevenção secundária serão desenvolvidos os seguintes projetos: Banco de Oportunidades, Espaço Nova Geração, Ecossocial e Território da Juventude, responsáveis pela operacionalização dos seguintes objetivos:

- I. Fazer frente às condições estruturais, relativas à infraestrutura e ao urbanismo, subjacentes aos efeitos de violência em territórios socialmente vulneráveis;
 - II. Constituir um conjunto de ações de proteção social com foco na infância, adolescência e na juventude, por meio de atuação intersetorial integrada e territorializada, dirigida a identificação de fatores de risco à violência, proteção e cuidado, intervindo sobre estados de sofrimento, exclusão, discriminação, violação de direitos e outras expressões da questão social a fim de prevenir o agravamento do risco;
 - III. Promover o desenvolvimento de redes de apoio para os jovens em situação de risco social e suas famílias, qualificando espaços de aprendizagem (formais e informais) que potencializem a o protagonismo dos jovens na construção de saídas ao "ciclo da violência";
 - IV. Promover a qualidade de vida, a construção de cidadania, a integração comunitária e o suporte à construção de trajetórias de vida mais significativas e saudáveis para crianças, adolescentes e jovens por meio da vivência de "trilhas pedagógicas" singulares, de acordo com os interesses de cada sujeito, podendo incluir atividades de esporte, cultura, empregabilidade, inclusão social e desenvolvimento educacional, como estratégia de prevenção à violência e redução da vulnerabilidade social.
 - V. Promover a inclusão social e econômica de jovens por meio da educação; da profissionalização; da implementação de serviços de apoio à gestão de áreas protegidas, oferecendo oportunidades de salário e renda para os jovens.
 - VI. Possibilitar aos jovens a (re)colocação no mercado de trabalho, a partir de capacitação profissional, o estímulo da cultura do empreendedorismo e a ampliação da oferta de empregos para os jovens (em articulação com o empresariado local).
- Art. 13** Serão instituídos os Comitês Territoriais de Prevenção com o objetivo de garantir a articulação entre os diversos setores da prefeitura e da sociedade civil que atendam as crianças, adolescentes, e jovens em situação de vulnerabilidade social. Sua atuação intencionalará o pleno atendimento e acompanhamento dos casos de vulnerabilidade e risco à violência, identificados pelas equipes diretivas das Escolas, das Unidades de Médico da Família, da Saúde Mental e demais serviços de saúde, dos CRAS e CREAS, do Conselho Tutelar e de outros equipamentos sociais presentes em cada território.

CAPÍTULO III PREVENÇÃO TERCIÁRIA

Art. 14 As intervenções de prevenção terciária serão dirigidas a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas; familiares de pessoas em privação de liberdade e em cumprimento de penas alternativas e pessoas egressas do sistema prisional e seus familiares;

Parágrafo único. Os adolescentes e jovens que cumprem medida socioeducativa em meio Aberto no município e os que cumprem medida de internação e têm domicílio em Niterói também serão incluídos nas ações de prevenção secundária citadas no Capítulo II deste decreto.

Art.15 A prevenção terciária atinge a população por meio de projetos de acolhimento, reinserção social e acompanhamento socioassistencial, com foco no fortalecimento de vínculos familiares e comunitários dos sujeitos, a partir dos seguintes princípios:

- I. Proteção e promoção social de indivíduos e famílias em situação de vulnerabilidade social; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários; enfrentamento das situações de risco pessoal e social a fim de prevenir os fatores de risco que incidem na reprodução do ciclo da violência e na violação de direitos;
- II. Igualdade de direitos no acesso a atendimentos e serviços sem discriminação de qualquer natureza, identificando, acolhendo e atendendo demandas específicas relacionadas às mulheres egressas, população LGBTQ, situações de discriminação racial, de gênero ou orientação sexual, estrangeiros e indígenas, pessoas com deficiências ou com transtornos mentais e pessoas que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas;
- III. Respeito à dignidade, autonomia e protagonismo de adolescentes, jovens em cumprimento de medidas sócio educativas, egressos (as) do sistema prisional e apenados (as) no acesso a direitos e serviços, bem como ao caráter voluntário da adesão aos serviços oferecidos;
- IV. Garantir a interdisciplinariedade e a intersetorialidade como método de trabalho;
- V. Disseminar formas de participação social e comunitária na formulação, implantação, execução e avaliação da política;
- VI. Garantir a confidencialidade e sigilo, garantindo-se a proteção e o tratamento dos dados pessoais coletados, em virtude de seu potencial uso lesivo e discriminatório;

Art. 16 Para implementar os princípios descritos no nível da prevenção terciária será desenvolvido o projeto Rede Acolher, responsável pela operacionalização dos seguintes objetivos:

I - Prevenir a reprodução do ciclo da violência por meio de acolhimento, atendimento e acompanhamento socioassistencial desenvolvidos, no âmbito do projeto, por equipe multidisciplinar;

II – Oferecer ao público-alvo do projeto: apoio e assistência social, por profissionais do serviço social; apoio e assistência psicológica, por profissionais da psicologia; apoio e assistência judiciária, por profissionais do direito; articulação e mobilização social, por profissionais da sociologia, da antropologia, da gestão pública e das diferentes profissões relacionadas à mobilização social e comunitária;

III- Promover acesso aos direitos a partir da integração de indivíduos e famílias ao circuito do território, a constituição de redes de apoio e o fortalecimento dos vínculos familiares, ampliando os fatores de proteção à violência;

IV - Articular e intensificar as políticas públicas existentes nos territórios e programas das organizações da sociedade civil para o atendimento ao público-alvo do projeto;

V - Integrar redes amplas de atendimento e assistência social, com destaque para atendimento de demandas nas áreas da saúde, alimentação, vestuário, moradia, transporte, trabalho, renda e qualificação profissional; assistência judiciária, escolarização e atividades de educação não escolar, acesso à cultura e outras;

VI - Identificação e acolhimento de demandas específicas relacionadas às mulheres egressas, população LGBTQ, situações de discriminação racial, de gênero ou orientação sexual, estrangeiros, indígenas, pessoas com deficiência, transtorno mental ou que fazem uso abusivo de substâncias psicoativas;

VII - Oferecer apoio aos estabelecimentos prisionais no processo de preparação para a liberdade;

VIII - Realizar, a partir de articulação com o Sistema de Justiça, campanhas de comunicação voltadas à informação da população quanto à efetividade, necessidade e benefícios advindos da política de atenção às pessoas egressas;

CAPÍTULO IV

Gestão da Política Municipal de Prevenção a Violência

Art. 17 A PMPV será gerida pelo Comitê Integrado de Prevenção (CIP), presidido pelo prefeito o qual monitorará a execução das estratégias, programas e ações de prevenção à violência e seus respectivos indicadores, e definirá seus fluxos, protocolos de funcionamento e recomendações, bem como realizará seminários periódicos para pactuar, revisar e aprimorar as intervenções interdisciplinares a serem aplicadas.

§ 1º - O CIP será composto pelos Secretários das pastas:

I - Secretaria de Governo;

II –Secretaria Municipal de Saúde;

III– Secretaria Municipal de Educação;

IV– Secretaria Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos;

V – Secretaria Municipal de Cultura;

VI – Secretaria Municipal de Esporte e Lazer;

VII – Secretaria Municipal Executiva;

VIII – Secretaria Municipal de Participação Social;

IX – Secretaria Municipal de Planejamento, Orçamento e Modernização da Gestão;

X – Secretaria Municipal de Urbanismo e Mobilidade;

XI - Secretaria Municipal de Fazenda;

XII – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico;

XIII - Secretaria Municipal de Ciência & Tecnologia e Inovação

XIV – Defesa Civil e Geotecnia;

XV – Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade;

XVI – Coordenadoria dos Direitos das Mulheres;

XVII – Coordenadoria da Juventude;

XVIII – Coordenadoria de Políticas Públicas sobre Drogas.

XIX - Coordenadoria de Políticas Públicas de Igualdade Racial

XX - Gabinete de Gestão Integrada

§ 2º Poderá ser convidado a participar das reuniões do CIP, representantes dos comitês territoriais além de outros órgãos públicos e entidades da sociedade civil afins com o tema da prevenção à violência.

§3º A coordenação do CIP será designada por ato do Prefeito Municipal.

§4º As funções dos membros do Comitê Integrado de Prevenção não serão remuneradas e são consideradas serviço público relevante.

§5º O Comitê Integrado de Prevenção vincula-se à estrutura do Gabinete do Prefeito, para fins de suporte administrativo operacional e financeiro.

Art. 18 A organização deste decreto por níveis de atenção, a saber: primária, secundária e terciária não pretende fragmentar ações, objetivando impulsionar uma política que atenda a toda a população, ao mesmo tempo em que desenvolva programas mais estratégicos, voltadas a públicos mais vulneráveis. As ações devem ser transversais, intersetoriais, multidisciplinares e multidimensionais, no sentido de promover o diálogo e as articulações necessárias entre todos os níveis de atuação.

Art. 19 A Política Municipal de Prevenção à Violência contará com a seguinte estrutura de gestão:

I – Coordenação Geral, que ficará responsável pela coordenação do Comitê Integrado de Prevenção, designado por ato do Prefeito Municipal.

II - Assessoria técnica, responsável pelo apoio técnico para elaboração, implementação e avaliação das ações do eixo prevenção.

III – Gerentes responsáveis pela coordenação dos projetos e ações previstas na PMPV, designados por ato do Prefeito Municipal.

Art. 20 Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI, EM 06 DE NOVEMBRO DE 2019.

RODRIGO NEVES- PREFEITO

Portarias

Port. nº 1769/2019- Demite **TIAGO NUNES RIBEIRO**, matrícula nº 1241.522-2, do cargo de GUARDA MUNICIPAL, classe C, referência IV, tendo em vista o que ficou apurado pela Corregedoria da Guarda Civil Municipal, instituída pelo processo nº 130/2801/2017.

Port. nº 1770/2019- Nomeia **THAMIRES SILVA DE JESUS**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Sayonne Silva Guimarães do Bonfim.

Port. nº 1771/2019- Nomeia **MONICA DOS SANTOS SOUZA**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Danielle da Silva Dias.

Port. nº 1772/2019- Nomeia **DANIELE DE SOUZA LINO**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Milena Martins Madureira Ferro.

Port. nº 1773/2019- Nomeia **GABRIELLE SIQUEIRA BASTOS**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Juliane Escascela Garcia.

Port. nº 1774/2019- Nomeia **RENATA LOPES DAVID**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Isabel Fanzeres Costa.

Port. nº 1775/2019- Nomeia **PABLO LANDES TEIXEIRA REGADAS**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1776/2019- Nomeia **LILIANE FILISBERTO SCHULZ**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1777/2019- Nomeia **CAMILLA ALVES DE AZEVEDO LIMA**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1778/2019- Nomeia **ÉRIKA DE OLIVEIRA LOUREIRO**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1779/2019- Nomeia **TATIANE FLÁVIA VENANCIO MAIA**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1780/2019- Nomeia **IRIS CRISTINA BARRETO OLIVEIRA**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1781/2019- Nomeia **VANESSA FERREIRA QUEIROZ**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1782/2019- Nomeia **KARLA ELLWEIN**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1783/2019- Nomeia **MONIQUE BIER FREITAS**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1784/2019- Nomeia **JULINA DA SILVA FERNANDES**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1785/2019- Nomeia **MARINA SOUZA CAMPOS**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1786/2019- Nomeia **ADRIANA DOS SANTOS ROSA**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1787/2019- Nomeia **NELI FERNANDA SILVA ANDRADE**, para o cargo efetivo de Assistente Social, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1788/2019- Nomeia **VANESSA MAIA BISSO QUEVEDO**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Lívia Tedeschi Rondon de Souza.

Port. nº 1789/2019- Nomeia **CAMILA ALVES DO NASCIMENTO**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Betânia Mueller.

Port. nº 1790/2019- Nomeia **ALINE MARIA SIMOES DE COSTER**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Bianca Martins Biancovilli.

Port. nº 1791/2019- Nomeia **ROSANA PETRILHO COIMBRA**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1792/2019- Nomeia **FELIPE NUNES DE LIMA**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1793/2019- Nomeia **PALOMA LIMA RAMOS JASHAR**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1794/2019- Nomeia **KEILA DO NASCIMENTO MOREIRA**, para o cargo efetivo de Psicólogo, Nível NS-1, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1795/2019- Nomeia **REBECA LIMA REIS**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Marcelo Côssio Dias.

Port. nº 1796/2019- Nomeia **RAPHAEL CARNEIRO GONÇALVES**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público, em vaga decorrente da exoneração de Monique Silveira Souza.

Port. nº 1797/2019- Nomeia **JOSÉ MAURICIO OCTAVIANO DE OLIVEIRA JUNIOR**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1798/2019- Nomeia **CAROLINA BEZERRA DE MENEZES LOBATO DA COSTA**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1799/2019- Nomeia **GERALDO DO NASCIMENTO BERNARDO JUNIOR**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1800/2019- Nomeia **RAPHAEL DE ALMEIDA MARINS**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1801/2019- Nomeia **LEONARDO ALVES MICELI**, para o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, Nível 3, do Quadro Permanente, em virtude de sua aprovação em Concurso Público.

Port. nº 1802/2019- Torna insubsistente a Portaria nº 1656/2019, publicada em 08/10/2019.

Port. nº 1803/2019- Considera nomeado, a contar de 01/10/2019, **MATHEUS RIBEIRO CARNEIRO** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Municipal de Conservação e Serviços Públicos, em vaga da exoneração de Edson Eduardo Tavares Pereira Junior, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Port. nº 1804/2019- Exonera, a pedido, **NICOLLE PROCÓPIO DA SILVA PINTO** do cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Governo.

Port. nº 1805/2019- Nomeia **VALÉRIA FELIX PLÁCIDO** para exercer o cargo de Assessor C, CC-3, da Secretaria Municipal de Governo, em vaga da exoneração de Nicolle Procópio da Silva Pinto, acrescido das gratificações previstas na C.I. nº 01/2009.

Port. nº 1806/2019- Considera exonerado, a pedido, a contar de 04/11/2019, **ANDERSON PEREIRA DE SOUZA** do cargo Assessor B, CC-3, da Secretaria Executiva.

Port. nº 1807/2019- Considera exonerado, a pedido, a contar de 01/10/2019, **RONALDO PINTO FARIAS** do cargo Chefe de Seção de Patrimônio, FMS-7, da Superintendência de Administração, da Fundação Municipal de Saúde.

Port. nº 1808/2019- Considera nomeado, a contar de 01/10/2019, **THIAGO ALVES DE JESUS** para exercer o cargo de Chefe de Seção de Patrimônio, FMS-7, da Superintendência de Administração, da Fundação Municipal de Saúde, em vaga da exoneração de Ronaldo Pinto Farias.

Port. nº 1809/2019- Exonera, a pedido, **FLAVIA SANTOS MACHADO DE BRITO** do cargo isolado, de provimento em comissão, de Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva.

Port. nº 1810/2019- Nomeia **LUIZ CARLOS NASCIMENTO** para exercer o cargo de Assistente A, CC-4, da Secretaria Executiva, em vaga da exoneração de Flavia Santos Machado de Brito, acrescido das gratificações previstas na Comunicação Interna nº 01/09.

Despacho do Prefeito

Processo nº 080007266/2019– MARCIEL VEIGA VAZ - AUTORIZO

SECRETARIA EXECUTIVA EXTRATO N.º 18/2019

INSTRUMENTO: PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE FOMENTO nº 01/2018, com fundamento no art. 55 da Lei 13.019/2014; **PARTES:** SECRETARIA EXECUTIVA E O INSTITUTO MOVRO; **OBJETO:** Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 01/2018, referente ao estabelecimento de sistemática de cooperação técnica e operacional mútua com vistas à operacionalização e manutenção do programa Disque Denúncia no Município de Niterói, conforme programação estabelecida na Proposta de Execução que integram o Pacto Niterói Contra à Violência, pelo período de 12 (meses), a contar da data de assinatura do termo. Primeiro Termo Aditivo de Prorrogação do prazo de vigência do Contrato, objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº 01/2018, PRAZO: pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data da assinatura; VALOR ESTIMADO: o valor total de R\$ 301.680,00 (Trezentos e um mil seiscentos e oitenta reais); VERBA: Programa de Trabalho nº 10.0104.122.0145.4191, Código de Despesa nº 3390.39.00, Fonte nº 138, tendo sido objeto da Nota de Empenho n.º 002390; FUNDAMENTO: Lei nº 13.019/14, bem como o Processo Administrativo n.º 180/001396/2018; DATA DE ASSINATURA: 27 de setembro de 2019.

OMITIDO DO D.O DE 27 DE SETEMBRO DE 2019

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO Atos do Secretário

Portarias

PORT. Nº 526/2019 – Remove **RAIMUNDO NONATO FRANÇA RODRIGUES**, Trabalhador, nível 1, matrícula nº 1.228.772-0, para a Secretaria Municipal de Administração, referente ao processo nº 020/5550/2019.

PORT. Nº 526/2019 - Prorroga excepcionalmente, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 069/2019 – Processo nº 020/000518/2019.

PORT. Nº 527/2019 Prorroga, excepcionalmente, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 068/2019 – Processo nº 020/000513/2019.

PORT. Nº 529/2019 - Prorroga excepcionalmente, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 073/2019 – Processo nº 020/000593/2019.

PORT. Nº 530/2019 - Prorroga excepcionalmente, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 072/2019 – Processo nº 020/000577/2019.

PORT. Nº 531/2019 - Prorroga excepcionalmente, por mais 30 (trinta) dias, o prazo para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, instaurado pela Portaria nº 070/2019 – Processo nº 020/000590/2019.

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO 01/2017 (NITEROI MAIS SEGURA)

Em cumprimento ao contratação do Programa Niterói Mais Segura, deverá comparecer dentro do prazo máximo de 15 (quinze) dias, conforme estabelecido no item 14.3 do referido Edital, junto Rua Visconde de Sepetiba, 987/ 4º andar - Centro - Niterói - Cep: 24020-206 partir das 10:00, para retirada do encaminhamento para exame médico admissional e posterior assinatura de contrato.

Candidato convocado	Colocação	Cargo
Jorge Luiz Nunes da Silva	2º	Subcoordenador Administrativo

O candidato deverá portar a relação de documentos, abaixo, os quais deverão ser entregues no ato de formalização da contratação (Original e fotocópia):

- Carteira de Identidade;
- CPF;
- Comprovante de Escolaridade;
- Título de Eleitor, bem como comprovantes de quitação eleitoral;
- Comprovante de estado civil (certidão de nascimento, casamento, averbação de divórcio, união estável);
- Comprovante de PIS/PASEP;
- Certificado Militar;
- 01 Retrato 3x4;
- Atestado médico (se for candidato com PCD deverá trazer laudo médico que comprove a situação);
- Comprovante de endereço dentro do prazo de 90 dias;
- Laudo Médico Admissional emitido pela PMN.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 034/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI** COMUNICA QUE REALIZARÁ, **NO DIA 25 (VINTE E CINCO) DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 10:00h**, NA SALA DE LICITAÇÃO/SMA LOCALIZADA NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA Nº 987/5º ANDAR – CENTRO – NITERÓI - RJ, CERTAME NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB O Nº 034/2019, DO TIPO MENOR PREÇO, TENDO COMO CRITÉRIO DE JULGAMENTO O VALOR POR ITEM, DESTINADO A AQUISIÇÃO DE CORRENTES E LIMAS, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSERVAÇÃO E SERVIÇOS PÚBLICOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER RETIRADOS PELO SITE www.niteroi.rj.gov.br. NO ÍCONE AVISO DE LICITAÇÃO – SMA OU NO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987/5º ANDAR, DE 09:00 ÀS 16:00 HORAS (É NECESSÁRIO 01 PEN DRIVE PARA GRAVAÇÃO DA PLANILHA DA PROPOSTA E 01 RESMA DE PAPEL A4).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 035/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI** COMUNICA QUE REALIZARÁ, **NO DIA 27 (VINTE E SETE) DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 10:00h**, NA SALA DE LICITAÇÃO/SMA LOCALIZADA NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA Nº 987/5º ANDAR – CENTRO – NITERÓI - RJ, CERTAME NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB O Nº 035/2019, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL, DESTINADO A CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA, COM MANUTENÇÃO E SEGURO, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER RETIRADOS PELO SITE www.niteroi.rj.gov.br. NO ÍCONE AVISO DE LICITAÇÃO – SMA OU NO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987/5º ANDAR, DE 09:00 ÀS 16:00 HORAS (É NECESSÁRIO 01 PEN DRIVE PARA GRAVAÇÃO DA PLANILHA DA PROPOSTA E 01 RESMA DE PAPEL A4).

PREGÃO PRESENCIAL Nº 036/2019

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI** COMUNICA QUE REALIZARÁ, **NO DIA 29 (VINTE E NOVE) DE NOVEMBRO DE 2019, ÀS 10:00h**, NA SALA DE LICITAÇÃO/SMA LOCALIZADA NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA Nº 987/5º ANDAR – CENTRO – NITERÓI - RJ, CERTAME NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, SOB O Nº 036/2019, DO TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, DESTINADO A EESTRUTURAÇÃO DA REDE DE SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA – MEDIANTE AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE BONSAI, PARA OFERTA DE OFICINAS, CONFORME CONVÊNIO Nº 827821/2016, PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONSTANTES DO ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA DO OBJETO.

O EDITAL E SEUS ANEXOS PODERÃO SER RETIRADOS PELO SITE www.niteroi.rj.gov.br. NO ÍCONE AVISO DE LICITAÇÃO – SMA OU NO DEPARTAMENTO DE MATERIAL E PATRIMÔNIO NA RUA VISCONDE DE SEPETIBA, 987/5º ANDAR, DE 09:00 ÀS 16:00 HORAS (É NECESSÁRIO 01 PEN DRIVE PARA GRAVAÇÃO DA PLANILHA DA PROPOSTA E 01 RESMA DE PAPEL A4).

SECRETARIA MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA

PORTARIA SEOP n.º 056/2019, de 4 de novembro de 2019.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ORDEM PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE NITERÓI, no uso de suas atribuições legais.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para compor a Comissão de Acompanhamento e Avaliação do sistema de premiação por desempenho e por cumprimento de metas.

- Thayse Rapallo Musco Lobato de Faria, **substituindo** Carlos Raposo;

Passando a referida comissão a ter a seguinte composição:

I – EZEQUIEL OLIVEIRA DE MENDONÇA – Secretária de Ordem Pública;
II – MARÍLIA ORTIZ, - Secretária de Planejamento, Modernização e Controle;
III – DANIELLE DO CARMO SILVA VERAS – Secretária Municipal de Fazenda;
IV – THAYSE RAPALLO MUSCO LOBATO DE FARIA – Procuradoria Geral do Município.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

**GUARDA CIVIL MUNICIPAL
CORREGEDORIA GERAL**

PORTARIA Nº 095/2019

O Corregedor da Guarda Civil Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições, resolve Punir o Guarda Civil Municipal ALESSANDRO PEREIRA LOPES, Matrícula, 234-507-2. Com pena de **REPREENSÃO**, por infringir o artigo 124 inciso XVII da Lei 2838/2011, fazendo **jus** às **circunstâncias atenuantes** previstas no artigo 234, incisos I do mesmo Diploma Legal, conforme o apurado no Procedimento nº 0653/2019-COGER, referente à transgressão contida na FRD nº 625/19, na qual se apurou a transgressão disciplinar. Ao lhe ser ofertado o direito ao Contraditório e a Ampla Defesa, não apresentou fatos ou argumentos que justificassem a transgressão funcional ou motivassem decisão contrária.

PORTARIA Nº 096/2019

O Corregedor da Guarda Civil Municipal de Niterói, no uso de suas atribuições, Resolve Punir o Guarda Civil Municipal LEONARDO MENDES DE OLIVEIRA, Matrícula, 241.501-7. Com pena de **SUSPENSÃO** de 02 (dois) dias de serviço, convertidos em multa na forma do Art.128, por infringir o artigo, 124, inciso, XVII da Lei 2838/2011, **não** fazendo jus às **circunstâncias atenuantes** previstas no artigo 234, I do mesmo Diploma Legal, conforme o apurado no Procedimento nº 647/2019-COGER, oriundo da FRD nº 0520/19. Na qual se apurou a transgressão disciplinar. Ao lhe ser ofertado o direito ao Contraditório e a Ampla Defesa, não apresentou fatos ou argumentos que justificassem a transgressão funcional ou motivassem decisão contrária.

**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E INFRAESTRUTURA
Coordenadoria do Serviço Funerário Municipal
CEMITÉRIO DE SÃO FRANCISCO
EDITAL**

A Chefe do Cemitério de São Francisco torna público o seguinte: os restos mortais abaixo relacionados, e sepultados nessa necrópole no período de **01/11/2016 à 30/11/2016** e (sepultados anjo) nos dias **01/11/2017 à 30/11/2017**, serão retirados das sepulturas e recolhidos ao osuário geral, em conformidade com o **Decreto Municipal nº. 4.531/1985**. Havendo a intenção de evitar as referidas exumações, devem os interessados se manifestar administrativamente, por escrito, antes de completar-se o prazo legal de três (03) anos de sepultamento adulto e de dois (02) anos sepultamento anjo.

Gaveta: 431 – Olivia Nunes da Silveira: (05/11/2016); 224 – Cosme Guilherme da Silva: (13/11/2016); 440 – Danilo F. da Silva: (17/11/2016); 238 – Maria Balduino de Camargo: (28/11/2016).

Cova Rasa de Adulto da Quadra “A”: 611, rua 17 – Roseane Machado: (03/11/2016); 420, rua 12– Paulo Alexandre de o. Amaral: (05/11/2016); 792, rua 21 – Alexandre Martins de Andrade Cruz: (21/11/2016); 792, rua 21 – Natalia da Costa: (2/11/2016); 311, rua 09 – Robson da Costa Ribeiro: (29/11/2016).

**SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E DIREITOS HUMANOS
PORTARIA SASDH Nº 023/2019, de 07/11/2019**

A Secretária Municipal de Assistência Social e Direitos Humanos, no uso das atribuições legais e, considerando a necessidade de composição da Corregedoria dos Conselhos Tutelares de Niterói, resolve:

Art. 1º - Designar a servidora abaixo para compor a Corregedoria dos Conselhos Tutelares conforme dispõe o artigo 39, §1º da Lei nº 2952/2012.

1) Rachel de Aguiar Batista-Matrícula:12443700

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor, gerando seus efeitos, na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

EXTRATO Nº 028/2019

INSTRUMENTO: Primeiro Termo Aditivo de Contrato nº **346/2018. PARTES:** Município de Niterói, através da Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, tendo como órgão gestor o Fundo Municipal de Assistência Social e **REAL TONER IMPRESSORAS LTDA - EPP. OBJETO:** Prorrogação do prazo de vigência do Contrato nº **346/2018. PRAZO:** 12 (doze) meses. **VALOR:** R\$317.280,00 (trezentos e dezessete mil, duzentos e oitenta reais). **VERBA:** PT nº 16.01.08.122.0145.4191; CD: 3.3.3.9.0.39.14; **FONTE:** 0.0.1.38. Nota de Empenho nº 002365 **FUNDAMENTO:** no artigo 57, inciso IV, da Lei 8.666/93 e processo nº 780/000145/2018. **DATA DA ASSINATURA:** 18 de setembro de 2019. Omitido do Diário Oficial do dia 04/10/2019

EXTRATO DE TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2019

INSTRUMENTO: Termo de Colaboração Nº 001/2019. PARTES: O Município de Niterói por intermédio da Secretária de Assistência Social e Direitos Humanos, e Espaço, Cidadania E Oportunidades Sociais – ECOS. **OBJETO:** do presente Termo de Colaboração é a execução de serviço especializado em Abordagem Social no território de Niterói, de acordo com a tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, resolução CNAS nº 109, de 11 de novembro de 2009, visando atender às respectivas demandas de atendimento da população em situação de rua em no território do município, conforme as diretrizes estabelecidas no plano de trabalho. **VALOR TOTAL:** R\$1.048.332,98 (hum milhão, quarenta e oito mil, trezentos e trinta e dois reais e noventa e oito centavos). **PRAZO:** 12 (doze) meses a contar da data de publicação do extrato. **VERBA:** Natureza da Despesa: 3.3.9.0.39 Fonte De Recurso: 138 PT: 16.72.08.122.0100.4333. Nota de Empenho: Nº 000205/19. **FUNDAMENTO:** Edital de Chamamento Público nº 001/2019, Processo administrativo nº 090000574/2019 em observância às disposições da Lei nº 13.019, de 31 de julho de 2014, e legislação correlata. **DATA DA ASSINATURA:** 08/10/2019.

CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE DE NITERÓI

Processo de Escolha de Conselheiros Tutelares para o Mandato de 2020-2023 para os Conselhos Tutelares I, II, III do Município de Niterói

Instrução Normativa Nº16 - IMPUGNAÇÃO PARCIAL DO PROCESSO DE ESCOLHA DOS CONSELHEIROS TUTELARES, NOVA CAMPANHA ELEITORAL

A Comissão Organizadora, constituída na forma da Deliberação nº 243/2019, para escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município de Niterói-RJ, torna público, em atendimento à decisão judicial pela anulação parcial do pleito anterior, a abertura do período de Campanha Eleitoral do Processo de Escolha dos Conselheiros Tutelares de Niterói a contar da data desta publicação.

Corrigenda

Na publicação do Edital de Chamamento Público nº 003/2019, publicado no diário oficial de 01/11/2019:

I) onde se lê: no período compreendido entre 02/10/2019 a 01/11/2019 – **leia-se: no período compreendido entre 01/11/2019 a 02/12/2019;**

II) Item 7. Tabela 1: Descrição da etapa. 7 – onde se lê: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais deferidas (se houver). Até 06/12/2019 – **leia-se: Homologação e publicação do resultado definitivo da fase de seleção, com divulgação das decisões recursais deferidas (se houver). Até 06/01/2020.**

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE

A Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais, considerando o disposto no Decreto Municipal nº 9614 de julho de 2005, Tornar insubsistente a Portaria FMS/FGA nº 178/2019, publicada no Diário Oficial de 06 de novembro de 2019 (**PORTARIA FMS/FGS Nº 180/2019**).

A PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista delegação de competência que lhe confere o Decreto 6150/91,

RESOLVE:

Atribuir, a contar de 01/10/2019, a **RONALDO PINTO FARIAS** a gratificação equivalente ao símbolo **FMS-5/SUS**, do Hospital Municipal Carlos Tortelly, da Vice-Presidência de Atenção Hospitalar e de Emergência, da Fundação Municipal de Saúde, na função de **Chefe da Divisão de Apoio Técnico**, em vaga decorrente da dispensa de Edenildo Sarmiento de Andrade. (**PORTARIA FMS/FGA Nº 171/2019**).

A Presidente da Fundação Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e regulamentares e CONSIDERANDO os princípios que regem a Administração Pública, especialmente os princípios da eficiência, economicidade, publicidade e o da continuidade dos serviços públicos (art. 37, caput e 70, CRFB/88 e artigo 6º, §1º da Lei nº 8.987/1995);

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam acrescidas no Anexo I da Portaria nº 253 de 30 de novembro de 2018 as unidades de Saúde listadas no Anexo I desta Portaria.

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário (**PORTARIA FMS/FGA Nº 177/2019**).

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA nº 00000001/2019

Certifico para os devidos fins, que figura(m) como devedor(es) da Fundação Municipal de Saúde do município de NITERÓI.

Devedor: PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA CNPJ/CPF: 000.000.000-00 Endereço: RUA FULANO DE TAL, nº 00, centro – Niterói/RJ – CEP.24.400-000.

Corresponsável: PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA (RAZÃO SOCIAL) CPF/CNPJ: 00.000.000/0001-00 Endereço: RUA FULANO DE TAL, nº 00, centro – Niterói/RJ CEP: 24.400-000

Fundamentação legal: ADM MULTA DE - LEI Nº 2564, DE 25/06/2008.

Forma de cálculo: ADM MULTA DE - LEI Nº 2597, DE 30/09/2008.

Informações complementares (Ativas) Auto de Infração nº: 9999 Datado de: 01/01/2019

Motivo: Autuado por não ter realizado a revalidação Anual da Licença Sanitária, relativa ao ano-base de 2019, conforme exigência legal do artigo 115 do CSMN (lei 2564/2008), na forma e nos prazos regulamentares, fato que deu causa a presente autuação, nos termos dos dispositivos legais indicados abaixo, ficando notificado em 01/01/2019 do lançamento do valor da penalidade pecuniária nos termos da lei.

Infringência: Art. 115 da lei municipal 2.564/2008. Sanção: art. 58. Inciso XX da Lei municipal 2.564/2008.

Demonstrativo (valores em: R\$)

Cadastro mobiliário: 9999

Endereço do cadastro: RUA FULANO DE TAL, nº 00, centro – Niterói/RJ – CEP. 24.400-000.

Exercício: 2019

Tipo de Dívida: Multa

Data de Vencimento: 01/01/2019

Data de Inscrição: 25/05/2019

Valor original: R\$ 0,00

Saldo principal: R\$ 0,00

Correção: 0,00

Multa mora: R\$ 0,00

Total Atualizado: 0,00

Nº Lançamento: 00001

Nº inscrição: 00001

Livro/Folha: 001/001

CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA nº 000000001/2019

Processo Administrativo / Auto de Infração

Ano do Processo – 2019

Lançamento – 100001

Nº do Processo – 200001111/2019

Nº do Auto de Multa – 99999

Nº auto de Infração - 9999

Quadro resumo da dívida

Saldo Principal	R\$ 0.000,00
Correção monetária	R\$ 0.000,00
Juros	R\$ 0.000,00
Multa	R\$ 0.000,00
Valor total da dívida em: 10/01/2019	R\$ 0.000,00

Nos termos dos arts. 2º e 3º da Lei Federal 6830 de 22/09/1980, DO CONTRIBUINTE ACIMA QUALIFICADO, de acordo com o termo, livro e folhas mencionadas.

EXTRATO N.º 139/2019

INSTRUMENTO: Termo Aditivo n.º 39/2019; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e NP – Capacitação e Soluções Tecnológicas Ltda; **OBJETO:** Constitui objeto do presente instrumento a prorrogação do prazo de vigência do Contrato n.º 07/2017, que tem por objeto a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de assinatura de ferramenta de pesquisa e comparação de preços praticados pela Administração Pública, nos termos da proposta do fornecedor; **PRAZO:** 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento; **VALOR:** R\$ 7.990,00 (sete mil, novecentos e noventa reais); **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.122.0145.4192, Código de Despesa n.º 33.90.39.00, Fonte n.º 207, tendo sido objeto da Nota de Empenho de n.º 117/2019; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o Processo Administrativo n.º 200/7030/2019; **DATA DE ASSINATURA:** 1º de setembro de 2019.

EXTRATO N.º: 157/2019

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas n.º 70/2019; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e DMAV – Suporte Médico Ltda. EPP; **OBJETO:** Constitui objeto deste **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS** o pagamento à **DMAV** pela locação de 44 (quarenta e quatro) monitores OMNI 600 e OMNIMED, no período de junho e julho de 2019; **VALOR:** R\$ 99.684,20 (noventa e nove mil, seiscentos e oitenta e quatro reais e vinte centavos); **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.122.0145.4192, Código de Despesa n.º 33.90.92.00, Fonte n.º 100 e Nota de Empenho n.º 001045/2019; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o processo administrativo n.º 200/12154/2019; **ASSINATURA:** 16 de outubro de 2019.

EXTRATO N.º 164/2019

INSTRUMENTO: Termo de Ajuste de Contas n.º 74/2019; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e Vicma - Comércio de Equipamentos para Escritório Ltda; **OBJETO:** Constitui objeto do presente **TERMO DE AJUSTE DE CONTAS** o pagamento à **VICMA**, pela locação equipamentos de impressora à laser no período maio e junho de 2019; **VALOR:** R\$ 22.365,66 (vinte e dois mil, trezentos e sessenta e cinco reais e sessenta e seis centavos); **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.122.0145.4192, Código de Despesa n.º 33.90.39.00, Fonte n.º 100, Nota de Empenho n.º 001047/2019; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o Processo Administrativo n.º 200/10647/2019; **DATA DE ASSINATURA:** 22 de outubro de 2019.

EXTRATO n.º 167/2019

INSTRUMENTO: Termo Aditivo n.º 48/2019; **PARTES:** Fundação Municipal de Saúde de Niterói e a Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – EMUSA; **OBJETO:** O presente Termo tem por objeto a realização de obras nas Unidades Básicas de Saúde, objetivando a implantação de recursos destinados a conferir acessibilidade às pessoas portadoras de necessidades especiais, pessoas com deficiência de locomoção ou deficiência visual. Os serviços serão executados nas seguintes Unidades: Unidade de Saúde da Família da Ilha da Conceição, Unidade de Saúde da Família Preventório I, Clínica da Família do Badu, Unidade Básica de Saúde do Morro do Estado, Unidade Básica de Saúde de Santa Bárbara, Unidade Básica de Saúde do Baldeador, Unidade Básica Várzea das Moças, Unidade de Saúde da Família do Cascarejo, Unidade de Saúde da Família Nova Brasília e Unidade de Saúde da Família Engenho do Mato; **PRAZO:** 15 (quinze) meses, a contar da data da assinatura; **VALOR ESTIMADO:** R\$ 320.259,65 (trezentos e vinte mil, duzentos e cinquenta e nove reais e sessenta e cinco centavos); **VERBA:** Programa de Trabalho n.º 2543.10.301.0133.3050, Natureza de Despesa n.º 33.91.39.00, Fonte n.º 108 e Nota de Empenho n.º 000812/2018; **FUNDAMENTO:** Lei n.º 8.666/93, bem como o Processo Administrativo n.º 200/0491/2016; **ASSINATURA:** 12 de setembro de 2019.

**COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO
PREGÃO 14/2019 – PROC 200/11387/2018
HOMOLOGAÇÃO**

HOMOLOGO o resultado do procedimento licitatório, na modalidade Pregão Presencial SRP nº 14/2019, que visa a formação de ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, pelo prazo de 12 meses, para EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIETAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS, FÓRMULAS INFANTIS PARA ALERGIA ALIMENTAR E ALIMENTOS PARA FINS ESPECIAIS, adjudicando a(s) empresa(s): 1)COSTA CAMARGO COMERCIO PRODUTOS HOSPITALARES LTDA, CNPJ nº 36.325.157/0001-34, pelo valor total de R\$168.923,20 (CENTO E SESSENTA E OITO MIL, NOVECIENTOS E VINTE E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS), 2) NUTRIC NUTRICIONAL COMERCIO LTDA, CNPJ nº 01.925.587/0001-02, pelo valor total de R\$1.011.859,40 (UM MILHÃO, ONZE MIL, OITOCENTOS E CINQUENTA E NOVE REAIS E QUARENTA CENTAVOS), 3) NUTRIMIX COMERCIAL LTDA, CNPJ nº 12.409.711/0001-01, pelo valor total de R\$171.000,00 (CENTO E SETENTA E UM MIL REAIS), 4) REAL NUTRIÇÃO COM. E SERVIÇOS EIRELI, CNPJ nº 18.716.271/0001-03, pelo valor total de R\$125.136,00 (CENTO E VINTE E CINCO MIL, CENTO E TRINTA E SEIS REAIS), 5) NUTRITIVA PRODUTOS NUTRICIONAIS EIRELLI, CNPJ nº 11.355.420.0001/07, pelo valor total de R\$71.561,00 (SETENTA E UM MIL, QUINHENTOS E SESSENTA E UM REAIS), 6) BELINUTRI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA, CNPJ nº 11.142.575/0001-65, pelo valor total de R\$1.206.433,00 (UM MILHÃO, DUZENTOS E SEIS MIL, QUATROCENTOS E TRINTA E TRES REAIS), 7) ESPECIFARMA COM. DE MED. E PROD. HOSP. LTDA, CNPJ nº 00.085.822/0001-12, pelo valor total de R\$41.143,20 (QUARENTA E UM MIL, CENTO E QUARENTA E TRES REAIS E VINTE CENTAVOS), com condições de entrega, validade e pagamento, conforme disposto no edital. PROCESSO ADMINISTRATIVO nº: 200/11387/2018.

EXTRATO DE ATA Nº 14/2019

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS

Ata de Registro de Preços nº 013/2019, Objeto: EVENTUAL AQUISIÇÃO DE DIETAS ENTERAIS, SUPLEMENTOS, FÓRMULAS INFANTIS PARA ALERGIA ALIMENTAR E ALIMENTOS PARA FINS ESPECIAIS. Processo nº 200/11387/2018, Modalidade de Licitação Pregão Presencial – SRP nº 014/2019, Total de Fornecedores Registrados: 07 (SETE). A Vigência da Ata será de 12 (doze) meses a partir da data de sua publicação, no valor total de R\$2.796.055,80 (DOIS MILHÕES, SETECENTOS E NOVENTA E SEIS MIL E CINQUENTA E CINCO REAIS E OITENTA CENTAVOS) Detalhamento da ata no site www.niteroi.rj.gov.br

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

CONVITE ----- Nº: 03/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO NAS INSTALAÇÕES ELÉTRICAS DO HOSPITAL PSIQUIÁTRICO DE JURUJUBA, LOCALIZADO NA RUA QUINTINO BOCAIUVA, S/Nº, JURUJUBA – NITERÓI – RJ
DATA DA REALIZAÇÃO: 14/11/2019 HORA: 14:00

PROCESSO Nº: 200/2499/2019

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na FMS – Niterói (é necessário levar um PENDRIVE para gravação).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

CONVITE ----- Nº: 06/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO BISPO DOM JOSÉ SITUADO NA AV. AMARAL PEIXOTO, Nº171, CENTRO, NITERÓI-RJ
DATA DA REALIZAÇÃO: 11/11/2019 HORA: 10:00

PROCESSO Nº: 200/10624/2017

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na FMS – Niterói (é necessário levar um PENDRIVE para gravação).

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

A Comissão Permanente de Licitação da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

CONVITE ----- Nº: 06/2019

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E ADEQUAÇÃO DO EDIFÍCIO BISPO DOM JOSÉ SITUADO NA AV. AMARAL PEIXOTO, Nº171, CENTRO, NITERÓI-RJ
DATA DA REALIZAÇÃO: 11/11/2019 HORA: 10:00

PROCESSO Nº: 200/10624/2017

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis na FMS – Niterói (é necessário levar um PENDRIVE para gravação).

COMISSÃO PERMANENTE DE PREGÃO

AVISO DE PREGÃO

A Comissão Permanente de Pregão da Fundação Municipal de Saúde de Niterói comunica aos fornecedores que se encontra(m) à disposição dos interessados, o(s) edital (ais) abaixo discriminado(s):

PREGÃO PRESENCIAL ----- Nº: 38/2019

OBJETO: LOCAÇÃO E A INSTALAÇÃO DE INCUBADORAS NEONATAIS (ESTACIONÁRIAS), pelo período de 12 (doze) meses, incluindo prestação de assistência técnica e treinamento para o seu uso, a fim de atender as necessidades da Maternidade Municipal Alzira Reis Vieira Ferreira.

DATA DA REALIZAÇÃO: 28/11/2019 HORA: 10h

PROCESSO Nº: 200/5894/2019

O edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site www.niteroi.rj.gov.br ou na FMS – Niterói (é necessário levar um CD virgem ou PENDRIVE para gravação).

FUNDAÇÃO ESTATAL DE SAÚDE DE NITERÓI

PORT. 11/2019- Nomeia, a contar de 14/10/2019, **HELENA FORTES DE FREITAS**, para exercer o cargo de Assessor de Implantação IV, para Fundação Estatal de Saúde de Niterói.

PORT. 12/2019- Nomeia, a contar de 15/10/2019, **BRENA GABRIELLA TOSTES DE CERQUEIRA**, para exercer o cargo de Assessor de Implantação I, para a Fundação Estatal de Saúde de Niterói.

PORT. 13/2019- Nomeia, a contar de 01/10/2019, **HENRIQUE CELSO FERREIRA DA SILVA**, para exercer o cargo de Assessor de Implantação IV, para Fundação Estatal de Saúde de Niterói.

PORT. 14/2019- Nomeia, a contar de 21/10/2019, **GUSTAVO DE ARAUJO RODRIGUES**, para exercer o cargo de Assessor de Implantação V, para a Fundação Estatal de Saúde de Niterói.

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Atos do Presidente

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais e, considerando o que estabelece os incisos VII e VIII do art. 13, do Estatuto da FME, aprovado pelo Decreto n.º 6.178/91, de 28 de agosto de 1991, publicado em 29 de agosto de 1991.

RESOLVE:

Considerar Nomeados para o cargo abaixo relacionado, tendo em vista aprovação no VI CONCURSO PÚBLICO DA FME, em obediência à Ordem de Classificação publicada em 01/02/2017, republicada em 18/02/2017:

Agente de Coordenação de Turno - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2323/2019 – **Tatiana Santos Duarte**, matrícula nº 11237.987-0, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Merendeiro - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2324/2019 – **Valerie Feliciano de Oliveira**, matrícula nº 11237.987-1, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Auxiliar de Portaria - a contar de 20 de outubro de 2019.

Portaria FME/2325/2019 – **Luciana de Souza Alves**, matrícula nº 11237.987-2, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 2307/2006.

Auxiliar de Portaria - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2359/2019 – **Fernanda Cavadas Rios**, matrícula nº 11237.989-6, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 2307/2006.

Portaria FME/2360/2019 – **Luciana de Oliveira Moita**, matrícula nº 11237.989-7, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 2307/2006.

Portaria FME/2366/2019 – **Aline Tatiane Barreto Carvalho**, matrícula nº 11237.990-3, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 2307/2006.

Portaria FME/2369/2019 – **Barbara Sueli Oliveira Monteiro de Barros**, matrícula nº 11237.990-6, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 2307/2006.

Agente de Administração Educacional - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2326/2019 – **Leonardo Duarte de Mendonça Gomes**, matrícula nº 11237.987-3, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Ana Claudia Rodrigues do Valle, matrícula 112322584.

Portaria FME/2327/2019 – **Miria Aparecida Treggi Sena**, matrícula nº 11237.987-4, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Rossana Paula Gomes de Souza, matrícula 112326379.

Portaria FME/2328/2019 – **Andrea Lorena Medeiros dos Santos**, matrícula nº 11237.987-5, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Angelica de Oliveira Mattos, matrícula 112325520.

Portaria FME/2329/2019 – **Ilma Maria da Silva**, matrícula nº 11237.987-6, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Francisco Jose Robalinho Soares, matrícula 112263671.

Portaria FME/2330/2019 – **Jose Luiz da Conceicao Macedo**, matrícula nº 11237.987-7, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Edilce Edith Couto Terra, matrícula 112322642.

Portaria FME/2331/2019 – **Juliana Luiz Queres**, matrícula nº 11237.987-8, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Rodrigo Matos Alvarenga, matrícula 112353597.

Portaria FME/2332/2019 – **Aloisio Augusto Maia Tavares**, matrícula nº 11237.987-9, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Ana Claudia da Silva Magalhaes, matrícula 112286110.

Professor II – Disciplina Língua Espanhola - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2333/2019 – **Eric Bruno de Lima Bastos da Silva**, matrícula nº 11237.988-0, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Carmem Lidia Santos Gesteira, matrícula 112317667.

Professor II – Língua Inglesa - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2334/2019 – **Danielle Ferreira de Oliveira**, matrícula nº 11237.988-1, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Sheila Alves Pontes, matrícula 112321651.

Portaria FME/2364/2019 – **Carina Motta Cabral**, matrícula nº 11237.990-1, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Suely da Silva Pinheiro, matrícula 112197135.

Portaria FME/2368/2019 – **Leandro Rodrigo Galindo do Carmo**, matrícula nº 11237.990-5, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Edyr Ramos Pollola, matrícula 112207546.

Professor II – Artes - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2335/2019 – **Adriana de Carvalho Valentim**, matrícula nº 11237.988-2, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Andreia Matias Azevedo, matrícula 112379811.

Portaria FME/2336/2019 – **Natalia da Silva Candido**, matrícula nº 11237.988-3, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Sergio Quinet de Oliveira, matrícula 112379310.

Portaria FME/2337/2019 – **Aulus Pessoa da Silva**, matrícula nº 11237.988-4, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Patricia de Cassia Pereira Porto, matrícula 112379569.

Portaria FME/2358/2019 – **Glaucia Maria Parreira Rodrigues**, matrícula nº 11237.989-5, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Rafael de Castro Lima Barroso, matrícula 112379639.

Professor I - a contar de 23 de outubro de 2019.

Portaria FME/2338/2019 – **Paula da Silva Faria**, matrícula nº 11237.988-5, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Ana Karla Helayel do E Santo Correa, matrícula 112299519.

Portaria FME/2339/2019 – **Ana Lucia da Cruz Coimbra**, matrícula nº 11237.988-6, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Leila Maria Machado de Abreu, matrícula 112317493.

Portaria FME/2340/2019 – **Michelle dos Santos Morgado**, matrícula nº 11237.988-7, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Dayse Mara Barcelos Gomes, matrícula 112320281.

Portaria FME/2351/2019 – **Edila dos Santos Mendes Pereira**, matrícula nº 11237.988-8, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Gabriella Paes dos Santos, matrícula 112379327.

Portaria FME/2352/2019 – **Eloisa Martins Ferraz**, matrícula nº 11237.988-9, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Marcia Rosane Dias Henriques, matrícula 112321024.

Portaria FME/2353/2019 – **Simone Maria Alves Coutinho**, matrícula nº 11237.989-0, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Andrea dos Santos, matrícula 112379825.

Portaria FME/2355/2019 – **Alline Rodrigues Barbosa**, matrícula nº 11237.989-2, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Portaria FME/2356/2019 – **Karla Andrea Nunes Amaral**, matrícula nº 11237.989-3, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Portaria FME/2357/2019 – **Amanda Ferraz Rosa**, matrícula nº 11237.989-4, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Glaucia de Castro Coelho da Costa, matrícula 112379684.

Portaria FME/2361/2019 – **Camilla Rosa de Souza Coutinho de Abreu**, matrícula nº 11237.989-8, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Portaria FME/2365/2019 – **Mariana Gomes Salvador**, matrícula nº 11237.990-2, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Isabella de Mello Gonçalves, matrícula 112378280.

Professor I - a contar de 24 de outubro de 2019.

Portaria FME/2362/2019 – **Raquel Machado Pina de Macedo**, matrícula nº 11237.989-9, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Aposentadoria de Simone da Silva Kort Kamp, matrícula 112321008.

Portaria FME/2363/2019 – **Marilene Pereira de Castro Freitas**, matrícula nº 11237.990-0, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente do Falecimento de Viviane Viana Bernardo, matrícula 112374999.

Professor I - a contar de 29 de outubro de 2019.

Portaria FME/2370/2019 – **Adriana de Oliveira Paulino**, matrícula nº 11237.990-7, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Professor I - a contar de 31 de outubro de 2019.

Portaria FME/2372/2019 – **Ester Vasconcelos da Silva**, matrícula nº 11237.990-9, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da lei 3384/2019.

Contador - a contar de 29 de outubro de 2019.

Portaria FME/2371/2019 – **Jansen Pueyo Paz**, matrícula nº 11237.990-8, tendo em vista aprovação no VI Concurso Público da FME, em vaga decorrente da Exoneração de Paola Cristina Cardoso Moura, matrícula 112365724.

TERMO ADITIVO Nº 025/2019

Instrumento: TERMO ADITIVO Nº 025/2019 AO CONTRATO Nº 065/2018. **Partes:** FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO e a PORTO PRÍNCIPE VEÍCULOS LTDA. **Objeto:** O presente Termo Aditivo tem por objeto a **renovação do contrato Nº 065/2018**, para prestação de serviços de **locação de veículos, incluindo combustíveis e motoristas devidamente habilitados**, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia e da Fundação Municipal de Educação de Niterói, conforme solicitação do Departamento Administrativo/FME, através do Ofício ADM/FME Nº 048P/2018, às fls. 02, Processo Administrativo 210/3936/2018. **Valor:** O valor total da renovação prevista na cláusula primeira é de **R\$ 1.860.000,00** (um milhão e oitocentos e sessenta mil reais). **Fundamento Legal:** art. 57, II e art. 65, § 1º da Lei 8666/93. **Processo:** 210/3936/2018. **Data da Assinatura:** 05/11/2019.

**FUNDAÇÃO DE ARTES DE NITERÓI- FAN
HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO
PROCESSO ADM./FAN Nº 220/003203/2019
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 038/2019
MODALIDADE: CONVITE**

Homologo a licitação referente ao Processo Administrativo/FAN nº 220/003203/2019, Edital de Licitação/FAN nº 038/19, na modalidade Convite, cujo objeto é a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de produção, iluminação e sonorização, dentre outros para atender o Projeto "Niterói a Pedal", a ser realizado na Praça Getúlio Vargas, localizado em Icaraí, Niterói/RJ, conforme especificados e quantificados na forma da Proposta-Detalhe / Termo de Referência – Edital de Licitação nº 038/2019. **Adjudicando** o serviço/objeto ora licitado à empresa licitante C L TRIO E SONORIZAÇÃO LTDA - ME, vencedora do Edital de Licitação/FAN nº 038/2019, devidamente habilitada e classificada, no valor total de R\$ 168.280,00 (cento e sessenta e oito mil e duzentos e oitenta reais), conforme parecer conclusivo da Comissão Permanente de Licitação desta Fundação.

**AVISO DE LICITAÇÃO PÚBLICA
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 041/2019
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL**

PROCESSO ADMINISTRATIVO/FAN Nº 220/000370/2019

VALOR DA LICITAÇÃO: R\$329.676,00 (trezentos e vinte e nove mil e seiscentos e setenta e seis reais) O Presidente da Comissão Permanente de Licitação/FAN e o Presidente da FAN comunicam que realizará na FAN (repartição interessada), Licitação Pública, Edital de Licitação/FAN nº 041/19, na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, do tipo "MENOR PREÇO GLOBAL", destinada a contratação de empresa especializada em serviços e normas gerais e específicas para execução do projeto que tem por objetivo a Manutenção Preventiva das Instalações Elétricas, Redes de Hidrantes, Porta Corta Fogo, Ciclorama, Varas de Cenário dos Teatros, devendo ser entendidas como complementar aos desenhos de execução e demais documentos contratuais. Nos serviços estão incluídos todos os quadros elétricos, disjuntores, eletrodutos, calhas, fios e cabos dos sistemas cênicos e de ambientes do teatro, conforme especificados e quantificados na forma da Proposta-Detalhe / Termo de Referência, ora parte integrante do Edital nº 041/19 a ser realizado no dia 18 de novembro de 2019 às 14:00 h na FAN. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pessoalmente na FAN, situada à Rua Presidente Pedreira, nº 98 – Ingá/Niterói – RJ, junto à Comissão Permanente de Licitação, de 13h às 17h, telefone (21) 2719-9900 (ramal 228), mediante a doação de 01 (uma) resma de Papel A4 e com carimbo de CNPJ ou através do e-mail cpfanculturaniteroi@gmail.com. Ou no endereço eletrônico oficial da FAN: www.culturaniteroi.com.br.

**ATO de RATIFICAÇÃO DO PRESIDENTE
TERMO DE RATIFICAÇÃO
AUTORIZO E RATIFICO**

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 029/2019

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 029/2019.

Termo de ratificação de ato de Inexigibilidade nº 029/2019 - Autorizo e Ratifico a contratação de profissional do setor artístico, o Trio Sambadona, ora consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) referente à realização de apresentações artísticas no Teatro Municipal João Caetano de Niterói – TMJC, unidade cultural da FAN, através de empresário exclusivo, a Empresa ORUM Produções Artísticas Ltda.

Processo Administrativo / FAN/ 220/003299/2019. DOTAÇÃO: PT 4141133921364108; CD 339039, recurso/fonte 138. Fundamentação legal: Artigo 25, Inciso III c/c Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 031/2019

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 031/2019.

Termo de ratificação de ato de Inexigibilidade nº 031/2019 - Autorizo e Ratifico a contratação de profissional do setor artístico, o músico e compositor LENINE, ora consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) referente à realização de apresentações artísticas musicais (02 shows musicais) na Sala Nelson Pereira dos Santos nos dias 16 e 17 de novembro de 2019, através de empresário exclusivo, MAMELUCO PRODUÇÕES E EDIÇÕES MUSICAIS LTDA. Processo Administrativo / FAN/ 220/003313/2019. DOTAÇÃO: PT 4141.13.392.0136.4108; CD 339039, recurso/fonte 138. Fundamentação legal: Artigo 25, Inciso III c/c Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 032/2019

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 032/2019.

Termo de ratificação de ato de Inexigibilidade nº 032/2019 - Autorizo e Ratifico a contratação de profissional do setor artístico, o grupo musical Biquini Cavado, ora consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 67.100,00 (sessenta e sete mil e cem reais) referente à realização de apresentação artística pública musical (show musical) na Praça Rádio Amador, Niterói / RJ, no dia 08 de novembro de 2019, referente ao evento: "Aniversário da cidade", através de empresário exclusivo, 74 ENTRETENIMENTO E MARKETING EIRELI - Processo Administrativo / FAN/ 220/003382/2019. DOTAÇÃO: PT 4141.13.392.0136.4108; CD 339039, recurso/fonte 138. Fundamentação legal: Artigo 25, Inciso III c/c Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 033/2019

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 033/2019.

Termo de ratificação de ato de Inexigibilidade nº 033/2019 - Autorizo e Ratifico a contratação de profissional do setor artístico, o grupo musical Uns e outros, ora consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 15.000,00 (quinze mil reais) referente à realização de apresentação artística pública musical (show musical) na Praça Rádio Amador, Niterói / RJ, no dia 09 de novembro de 2019, referente ao evento: "Aniversário da cidade", através de empresário exclusivo, PRODUZO SHOWS E EVENTOS LTDA ME - Processo Administrativo / FAN/ 220/003384/2019. DOTAÇÃO: PT 4141.13.392.0136.4108; CD 339039, recurso/fonte 138. Fundamentação legal: Artigo 25, Inciso III c/c Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 034/2019

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 034/2019.

Termo de ratificação de ato de Inexigibilidade nº 034/2019 - Autorizo e Ratifico a contratação de profissional do setor artístico, o grupo musical BLITZ, ora consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 66.000,00 (sessenta mil reais) referente à realização de apresentação artística pública musical (show musical) na Praça Rádio Amador, Niterói / RJ, no dia 10 de novembro de 2019, referente ao evento: "Aniversário da cidade", através de empresário exclusivo, GO FEST ENTRETENIMENTOS E MARKETING LTDA me- Processo Administrativo / FAN/ 220/003387/2019. DOTAÇÃO: PT 4141.13.392.0136.4108; CD 339039, recurso/fonte 138. Fundamentação legal: Artigo 25, Inciso III c/c Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO DA INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 035/2019

ATO DE INEXIGIBILIDADE LICITAÇÃO sob o nº 035/2019.

Termo de ratificação de ato de Inexigibilidade nº 035/2019 - Autorizo e Ratifico a contratação de profissional do setor artístico, a cantora Mart'nália, ora consagrado pela crítica especializada e pela opinião pública, pelo valor total de R\$ 58.000,00 (cinquenta e oito mil reais) referente à realização de apresentação artística pública musical (show musical) na Praça da Cantareira, Niterói / RJ, no dia 20 de novembro de 2019, referente ao evento: "Viva Zumbi", através de empresário exclusivo, JUCA PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA-ME - Processo Administrativo / FAN/ 220/003388/2019. DOTAÇÃO: PT 4141.13.392.0136.4108; CD 339039, recurso/fonte 138. Fundamentação legal: Artigo 25, Inciso III c/c Artigo 26 da Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores.

NITERÓI PREV

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo Nº 30/2019; **PARTES:** Niterói Prev como Contratante e empresa Caderode Móveis para Escritório LTDA como Contratada; **OBJETO:** aquisição de material de divisórias; **PRAZO:** 60 (sessenta) dias; **VALOR TOTAL:** R\$ 39.319,50 (trinta e nove mil, trezentos e dezenove reais e cinquenta centavos); **VERBA:** PT. Nº 1082.09.122.0145.4191 - Natureza das Despesas nº 3.4.4.9.0.52 - Fonte 203 - Nota de Empenho nº 212/2019, 213/2019; **FUNDAMENTO:** Conforme Processo Administrativo nº 310/000824/2019, que se regerá pelas normas do art. 2º, inciso V e art. 22 do Decreto Federal nº 7.892/2013 e art. 15 da Lei nº 8666/1993; **DATA DA ASSINATURA:** 16 de outubro de 2019.

PARECER DA COMISSÃO SOBRE A PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Em 24/10/2019, a COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, instituída pela Portaria nº 215/2017, do Presidente do Niterói Prev, publicada em D.O., de 27 de Julho de 2017. Reuniu-se para analisar a documentação apresentada no processo nº **310/001769/2019**, opinando pela **APROVAÇÃO** do credenciamento da **ICATU VANGUARDA**, de acordo com o edital nº 001/2017.

PARECER DA COMISSÃO SOBRE A PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Em 25/10/2019, a COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, instituída pela Portaria nº 215/2017, do Presidente do Niterói Prev, publicada em D.O., de 27 de Julho de 2017. Reuniu-se para analisar a documentação apresentada no processo nº **310/001064/2019**, opinando pela **APROVAÇÃO** do credenciamento do **BANCO SANTANDER**, de acordo com o edital nº 001/2017.

PARECER DA COMISSÃO SOBRE A PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Em 25/10/2019, a COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, instituída pela Portaria nº 215/2017, do Presidente do Niterói Prev, publicada em D.O., de 27 de Julho de 2017. Reuniu-se para analisar a documentação apresentada no processo nº **310/001062/2019**, opinando pela **APROVAÇÃO** do credenciamento do **BANCO BRADESCO S.A.**, de acordo com o edital nº 001/2017.

PARECER DA COMISSÃO SOBRE A PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Em 29/10/2019, a COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, instituída pela Portaria nº 215/2017, do Presidente do Niterói Prev, publicada em D.O., de 27 de Julho de 2017. Reuniu-se para analisar a documentação apresentada no processo nº 310/001785/2019, opinando pela **APROVAÇÃO** do credenciamento da **BEM DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, de acordo com o edital nº 001/2017.

PARECER DA COMISSÃO SOBRE A PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

Em 29/10/2019, a COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO, instituída pela Portaria nº 215/2017, do Presidente do Niterói Prev, publicada em D.O., de 27 de Julho de 2017. Reuniu-se para analisar a documentação apresentada no processo nº 310/001788/2019, opinando pela **APROVAÇÃO** do credenciamento da **BRAM - BRADESCO ASSET MANAGEMENT S.A. DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA.**, de acordo com o edital nº 001/2017.

EXTRATO Nº 021/2019 - RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Com base no artigo 8º do Decreto 13.155/2019, RECONHEÇO A DÍVIDA conforme informação abaixo:

NOME: FATIMA REGINA LOUREIRO DA COSTA REZENDE				
OBJETO: PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE PROVENTOS REF. A SET/2017 A DEZ/2018 E RESPECTIVOS 13º SALÁRIOS.				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0952	3190.92	100	6.843,21	310/001105/2018
NOME: ALEXANDRE DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE COSTA				
OBJETO: SALDO DE PENSÃO, REFERENTE A 9/12 AVOS DO 13º SALÁRIO/2013				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0954	3190.92	100	10.988,00	310/000362/2014
NOME: ALUISIO DE ALMEIDA E ALBUQUERQUE COSTA				
OBJETO: :SALDO DE PENSÃO, REFERENTE A 9/12 AVOS DO 13º SALARIO/2013				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0954	3190.92	100	10.988,00	310/000362/2014
NOME: ANA MARIA DOS SANTOS VIEIRA				
OBJETO: PAGAMENTO REF. REVISÃO DE INCORPORAÇÃO E SABER: 28 DIAS DE MARÇO/2017, ABRIL A DEZ/2017, JANEIRO A DEZEMBRO/2018 E RESPECTIVOS 13º SALÁRIOS				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0952	3190.92	100	30.910,88	310/000565/2019
NOME: LEILA CRISTINA ENGEL RAMOS				
OBJETO: PAGAMENTO REF. REVISÃO DE INCORPORAÇÃO E SABER: 28 DIAS DE MARÇO/2017, abril A DEZ/2017, janeiro A dezembro/2018 RESPECTIVOS 13º SALÁRIOS.				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0954	3190.92	100	38.981,27	310/000564/2019
NOME: JUDITH MONTEIRO MUylaert MELLO				
OBJETO: PAGAMENTO DE ADICIONAL DE FORMAÇÃO CONTINUADA. REF. A JAN/2017 A DEZ/2017 E DE JAN/2018 A JUNHO/2018				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0952	3190.92	100	1.756,65	310/000698/2019
NOME: SONIA APARECIDA DE MEDEIROS RIBEIRO				
OBJETO: PAGAMENTO DE DIFERENÇA DE PROVENTOS REF. AOS MESES DE AGOSTO A DEZEMBRO DE 2018 E RESPECTIVO 13º SALÁRIOS.				
PT	CÓD. DESP.	FTE.	R\$	PROCESSO
1083.09.272.0900.0952	3190.92	100	1,386,67	310/001741/2018

NITERÓI, TRANSPORTE E TRÂNSITO S/A – NITTRANS

Atos do Presidente

PORT. NITTRANS nº 028/2019 - Nomear, a contar de 01 de novembro de 2019, **MONIQUE DE FARIAS FERREIRA**, no cargo isolado de provimento em comissão de **Chefe de Serviço Orçamentário**, da Diretoria de Finanças, da Niterói Transporte e Trânsito S/A – NitTrans.

NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO- Neltur

EXTRATO Nº 181/2019

ESPÉCIE: Termo de Patrocínio nº 181/2019; **OBJETO:** O presente instrumento contratual tem como objetivo o incentivo cultural para a realização do evento popular **EXPERIENZA! DEGUST'ITALIA**; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/16 e, subsidiariamente, pela Lei nº8. 666/93 bem como o Processo Administrativo nº 500000697/2019; **VERBA:** P.T. nº 10.52.13.392.0138.4112, C.D nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00 e Fonte nº 138; **EMPENHO:** Nº 000354; **DATA DO EMPENHO:** 31 de outubro de 2019; **VALOR TOTAL:** R\$ 179.980,00 (cento e setenta e nove mil, novecentos e oitenta reais); **PRazo:** 31 de outubro de 2019 até o dia 17 de novembro de 2019; **DATA DA ASSINATURA:** 31 de outubro de 2019; **PARTEs:** NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – Neltur e INSTITUTO VIVA MAIS & MELHOR.

EXTRATO Nº 182/2019

ESPÉCIE: Termo de Patrocínio nº 182/2019; **OBJETO:** O presente instrumento contratual tem como objetivo o incentivo cultural para a realização do evento **FESTIVAL DO ROCK 80**; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/16 e, subsidiariamente, pela Lei nº8. 666/93 bem como o Processo Administrativo nº 500000694/2019; **VERBA:** P.T. nº 10.52.13.392.0138.4112, C.D nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00 e Fonte nº 138; **EMPENHO:** Nº 000352; **DATA DO EMPENHO:** 31 de outubro de 2019; **VALOR TOTAL:** R\$ 179.990,00 (cento e setenta e nove mil, novecentos e noventa reais); **PRazo:** 31 de outubro de 2019 até o dia 11 de novembro de 2019; **DATA DA ASSINATURA:** 31 de outubro de 2019; **PARTEs:** NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – Neltur e CAMPUS AVANÇADO.

EXTRATO Nº 183/2019

ESPÉCIE: Termo de Patrocínio nº 183/2019; **OBJETO:** O presente instrumento contratual tem como objetivo o incentivo cultural para a realização do evento **NATAL NA RUA**; **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL:** Lei Federal nº 13.303/16 e, subsidiariamente, pela Lei nº8. 666/93 bem como o Processo Administrativo nº 500000324/2019;

VERBA: P.T. nº 10.52.13.392.0138.4112, C.D nº 3.3.3.9.0.39.00.00.00 e Fonte nº 138; **EMPENHO:** Nº 000353; **DATA DO EMPENHO:** 31 de outubro de 2019; **VALOR TOTAL:** R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais); **PRAZO:** 31 de outubro de 2019 até o dia 11 de novembro de 2019; **DATA DA ASSINATURA:** 31 de outubro de 2019; **PARTES:** NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO S/A – NELTUR E CAMPUS AVANÇADO.

REGULAMENTO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NITERÓI EMPRESA DE LAZER E TURISMO - NELTUR.

1. DISPOSIÇÕES GERAIS

1.1. O presente "Regulamento de Licitações e Contratos da NELTUR" disciplina as licitações e contratações de obras, serviços, aquisições, locações, alienações, publicidade, patrocínio e outros contratos de interesse da NELTUR, nos termos da Lei Federal nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

1.2. Os Termos de Colaboração, de Fomento, de Convênio ou Contrato de Patrocínio, celebrado com pessoa física ou pessoa jurídica para a promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, comprovadamente vinculadas ao fortalecimento da marca da NELTUR e ao interesse público para promoção do lazer e do turismo no Município de Niterói, observarão, no que couber, a este Regulamento e à legislação em vigor.

1.3. Podem ser realizadas contratações diretas, nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação previstas neste Regulamento.

1.4. As disposições contidas neste Regulamento foram elaboradas de acordo com o disposto no art. 40 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016.

2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

2.1. Para os fins no disposto neste regulamento, considera-se:

Aditamento Contratual: Documento que tem por objetivo a alteração de determinadas condições pactuadas em contrato já celebrado, e que deve ser formalizado durante o período de vigência do contrato, de acordo com os limites impostos pelas cláusulas contratuais e pela legislação em vigor.

Adjudicação: Ato formal pelo qual a NELTUR atribui o objeto da licitação ao Licitante detentor da melhor proposta.

Anteprojeto de Engenharia: Peça técnica com todos os elementos e contornos necessários e fundamentais à elaboração do projeto básico, devendo conter minimamente os seguintes elementos:

- a) demonstração e justificativa do programa de necessidades, visão global dos investimentos e definições relacionadas ao nível de serviço desejado;
- b) condições de solidez, segurança e durabilidade e prazo de entrega;
- c) estética do projeto arquitetônico;
- d) parâmetros de adequação ao interesse público, à economia na utilização, à facilidade na execução, aos impactos ambientais e à acessibilidade;
- e) concepção da obra ou do serviço de engenharia;
- f) projetos anteriores ou estudos preliminares que embasaram a concepção adotada;
- g) levantamento topográfico e cadastral;
- h) pareceres de sondagem;
- i) memorial descritivo dos elementos da edificação, dos componentes construtivos e dos materiais de construção, de forma a estabelecer padrões mínimos para a contratação.

Apostilamento: Anotação ou registro administrativo que pode ser realizado no verso do próprio termo de contrato, ou por termo/ato separado, juntado aos autos do respectivo processo administrativo, utilizado para registrar variações no valor do contrato que não caracterizem alteração do mesmo, bem como atualizações, compensações ou penalizações financeiras.

Ata / Relatório de Julgamento: Documento através do qual a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro registra todas as ocorrências havidas no procedimento licitatório, selecionando dentre as propostas que atendem às condições editalícias aquela mais vantajosa à NELTUR, declarando-a como proposta vencedora do certame.

Atestado de Capacidade Técnica: É o documento que atesta que o fornecedor e/ou prestador de serviço atende satisfatoriamente à capacidade técnica para execução do objeto contratual.

Atestado de Fornecimento: É o documento emitido pela NELTUR que atesta que o fornecedor atendeu satisfatoriamente às cláusulas contratuais comerciais.

Bens e Serviços Comuns: Aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado.

Cadastro de Fornecedores: Sistema de gerenciamento e manutenção dos registros cadastrais de fornecedores, é uma instituição da Lei 8.666/93, e tem por finalidade a emissão do Certificado de Registro Cadastral-CRC, mediante a apresentação da documentação referente a qualificação jurídica, econômico-financeira, técnica e a regularidade fiscal.

Comissão de Licitação: Colegiado composto por, no mínimo, 4 (quatro) membros da NELTUR, designado pela Autoridade Competente, tendo por atribuição processar e julgar as licitações, zelando pelo cumprimento das disposições previstas em lei e normas internas aplicáveis à licitação, bem como analisar e julgar as propostas e documentos apresentados pelos Licitantes. A comissão de licitação poderá ser permanente ou especialmente designada.

Comissão de Pregão: Colegiado composto por, no mínimo, 1 (um) pregoeiro titular e 1 (um) pregoeiro substituto, além de equipe de apoio ao pregoeiro, composta por, no mínimo, 3 (três) membros da NELTUR, designado pela Autoridade Competente, tendo por atribuição processar e julgar as licitações, zelando pelo cumprimento das disposições previstas em lei e normas internas aplicáveis ao Pregão, bem como analisar e julgar as propostas e documentos apresentados pelos Licitantes.

Compra: Toda aquisição remunerada de bens para fornecimento de uma só vez ou parceladamente.

Contratação Direta: Exceções previstas na lei em que a NELTUR pode contratar sem procedimento licitatório, desde que enquadrada em uma das hipóteses legais de licitação dispensada, dispensável ou inexigível para a contratação de forma direta, mediante procedimento de justificação.

Contratação Integrada: Contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento dos projetos básico e executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Contratação Semi-Integrada: Contratação que envolve a elaboração e o desenvolvimento do projeto executivo, a execução de obras e serviços de engenharia, a montagem, a realização de testes, a pré-operação e as demais operações necessárias e suficientes para a entrega final do objeto.

Contratação por Tarefa: Contratação de mão de obra para pequenos trabalhos por preço certo, com ou sem fornecimento de material.

Contratada: Pessoa jurídica ou física que celebra um contrato com a NELTUR.

Contrato: Instrumento celebrado entre a NELTUR e a Contratada, de acordo com as regras estipuladas no edital, na lei e nas normas internas que regulam o contrato com a Administração Pública para execução do objeto do contrato (o bem, o serviço, etc.) mediante contraprestação (o preço). Está sujeito à prévia licitação, salvo nas hipóteses legais de dispensa ou inexigibilidade.

Dirigente Máximo: Administrador Público ou empregado com competência para praticar determinados atos e assinar documentos que compõem o procedimento licitatório, de dispensa ou de inexigibilidade de licitação, em suas diversas etapas, de acordo com o previsto no Estatuto ou neste Regulamento.

Dispensa de Licitação: Contratação direta, sem licitação. É uma exceção prevista na lei, em que, embora possa haver competição, a realização da licitação para aquisição de bens ou contratação de serviços pode demonstrar-se inconveniente à NELTUR e ao interesse público. Os casos possíveis de dispensa de licitação estão previstos em lei, de forma exaustiva, não sendo admissíveis situações não descritas no art. 29 da Lei Federal 13.303/16.

Edital de Licitação (Instrumento Convocatório): Instrumento no qual a NELTUR consigna as condições e exigências licitatórias para a contratação de fornecimento de produtos ou contratação de serviços.

Empreitada por Preço Unitário: Contratação de obras e serviços por preço certo de unidades determinadas.

Empreitada por Preço Global: Contratação de obras e serviços por preço certo e total.

Empreitada Integral: Contratação de empreendimento em sua integralidade, com todas as etapas de obras, serviços e instalações necessárias, sob inteira responsabilidade da Contratada até a sua entrega à contratante em condições de entrada em operação, atendidos os requisitos técnicos e legais para sua utilização em condições de segurança estrutural e operacional e com as características adequadas às finalidades para as quais foi contratada.

Execução Direta: Execução de obras ou serviços pela NELTUR com recursos próprios.

Execução Indireta: Contratação de terceiros sob qualquer dos seguintes regimes:

- a) contratação integrada;
- b) contratação semi-integrada;
- c) empreitada por preço global;
- d) empreitada por preço unitário;
- e) empreitada integral;
- f) por tarefa; e
- g) por eventos.

Fiscais do Contrato: Empregados formalmente designados, na condição de representante da NELTUR, responsável pela gestão do contrato (documental e operacional), acompanhando e promovendo as medidas necessárias à fiel execução das condições previstas no instrumento de contrato e seus anexos, desde a sua assinatura até o seu encerramento (cumprimento integral das obrigações pelas partes).

Fornecedor: Pessoa física ou jurídica com potencial para executar obras, prover bens ou prestar serviços à NELTUR, inclusive os candidatos a cadastramento, Cadastrados, Licitantes e Contratadas.

Gestão de Contrato: Conjunto de ações e procedimentos destinados a promover acompanhamento, fiscalização e controle do cumprimento integral pelas partes das condições contratuais pactuadas, da assinatura do contrato à certificação de encerramento, devendo ser exercido pelo Gestor do Contrato designado pela NELTUR.

Habilitação: Condições previstas em lei, exigidas dos licitantes, com a finalidade de verificar se estes demonstram ter idoneidade e capacidade para contratar com a NELTUR, contemplando os seguintes requisitos mínimos:

- a) exigência da apresentação de documentos aptos a comprovar a possibilidade da aquisição de direitos e da assunção de obrigações por parte do licitante;
- b) qualificação técnica, restrita a parcelas do objeto técnica ou economicamente relevantes, de acordo com parâmetros estabelecidos de forma expressa no instrumento convocatório e;
- c) capacidade econômica e financeira;

Homologação: Ato pelo qual a Autoridade Competente declara a legalidade e ratifica todos os atos praticados no procedimento licitatório, deliberando sobre a conveniência da contratação.

Inexigibilidade: Ocorre perante uma determinada circunstância que inviabiliza o caráter competitivo numa eventual disputa, tornando-se, assim, inexigível a licitação. As situações que ensejam a inexigibilidade de licitação não estão todas expressamente previstas em Lei, no entanto, pode a Autoridade Competente, justificadamente, deixar de realizar a licitação quando devidamente caracterizada a impossibilidade de se estabelecer a competição.

Julgamento: Fase do procedimento licitatório onde a Comissão de Licitação ou o Pregoeiro, no caso de pregão, com base nas condições editalícias, analisa, classifica e habilita as propostas e documentos apresentados pelos Licitantes.

Licitação: Procedimento administrativo formal, de observância obrigatória pelos órgãos/entidades governamentais, realizado anteriormente à contratação, que, obedecendo à igualdade entre os participantes interessados, destina-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa, inclusive no que se refere ao ciclo de vida do objeto, e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, devendo observar os princípios da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção de competitividade e do julgamento objetivo.

Licitante: Pessoa Jurídica ou Física, participante em uma licitação que, por meio de proposta, oferece o bem ou serviço objeto da licitação.

Matriz de Riscos: Cláusula contratual definidora de riscos e responsabilidades entre as partes e caracterizadora do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, em

termos de ônus financeiro decorrente de eventos supervenientes à contratação, contendo, no mínimo, as seguintes informações:

- a) listagem de possíveis eventos supervenientes à assinatura do contrato, impactantes no equilíbrio econômico-financeiro da avença, e previsão de eventual necessidade de prolação de termo aditivo quando de sua ocorrência;
- b) estabelecimento preciso das frações do objeto em que haverá liberdade das Contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de resultado, em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação;
- c) estabelecimento preciso das frações do objeto em que não haverá liberdade das Contratadas para inovar em soluções metodológicas ou tecnológicas, em obrigações de meio, devendo haver obrigação de identidade entre a execução e a solução pré-definida no anteprojeto ou no projeto básico da licitação.

Obra: Construção, reforma, fabricação, recuperação ou ampliação, realizada por execução direta ou indireta.

Penalidades Cadastrais:

Advertência: Formalidade adotada pela NELTUR para advertir o Fornecedor sobre eventuais irregularidades em seus procedimentos, que prejudique o andamento da execução contratual, mas que não acarrete prejuízos à NELTUR, e exigir as devidas correções, as quais serão anotadas no respectivo registro cadastral do Fornecedor.

Suspensão: Suspensão temporária de participação em licitações e impedimento de contratar com a NELTUR, com consequente suspensão cadastral.

Pesquisa de Preços: Procedimento para obtenção de preço de mercado, visando possibilitar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração Pública e a preservação do erário, devendo ser o mais amplo possível, incluindo o maior número de fontes disponíveis, mediante a utilização dos parâmetros cumulativos estabelecidos no Decreto 12.517/2017.

Preço de Referência: Valor de referência utilizado pelas áreas como parâmetro para a elaboração das previsões orçamentárias anuais de custeio e investimento.

Pregão: Modalidade de licitação para aquisição de bens e serviços comuns, qualquer que seja o valor estimado do objeto, em que a disputa é feita em sessão pública por meio de propostas escritas e lances verbais, de forma presencial; ou por meio de utilização de recursos de tecnologia da informação, com acesso remoto no caso de Pregão Eletrônico.

Pregoeiro: Empregado responsável, dentre outras atividades previstas neste Regulamento, pela condução e julgamento das licitações promovidas sob a modalidade pregão, em sua forma eletrônica ou presencial, cujas atribuições incluem o credenciamento dos interessados na licitação, a elaboração do edital, o recebimento das propostas e da documentação de habilitação, a condução dos procedimentos relativos aos lances, a análise de sua aceitabilidade e sua classificação, a adjudicação da proposta de menor preço, a habilitação da Licitante e adjudicação do objeto do certame à vencedora, caso não haja recurso.

Projeto Básico: Conjunto de documentos que contempla os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras e montagem;
- c) identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso.

Projeto Executivo: Conjunto de documentos que contempla os elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas técnicas pertinentes.

Proposta: Documento através do qual a Licitante oferta seu bem e/ou serviço à NELTUR, indicando o seu preço, nas condições previstas no ato convocatório.

Reequilíbrio Econômico-Financeiro de Contrato: É a revisão do contrato em decorrência da teoria da imprevisão, tendo lugar quando a interferência, causadora do desequilíbrio econômico-financeiro, consistir em um fato imprevisível ou previsível de consequências incalculáveis, anormal e extraordinário.

Regularidade Fiscal e Trabalhista: Meio pelo qual o Fornecedor comprova sua regularidade das obrigações fiscais e trabalhistas.

Renovação Cadastral: É o processo que visa renovar a habilitação do Fornecedor ao término de cada período cadastral.

Repactuação de Contrato: É uma forma de manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato que deve ser utilizada para serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, por meio da análise da variação dos custos contratuais, devendo estar prevista no instrumento convocatório com data vinculada à apresentação das propostas, para os custos decorrentes do mercado, e com data vinculada ao acordo ou à convenção coletiva ao qual a proposta esteja vinculada, para os custos decorrentes da mão de obra.

Serviço Técnico Profissional Especializado: Serviço cuja capacitação para o seu exercício depende de habilidades ou conhecimento teórico específico como exemplos: estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos; pareceres, perícias e avaliações em geral; assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias; fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços; patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas; treinamento e aperfeiçoamento de pessoal; restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

Serviços de Engenharia: Serviços associados diretamente a trabalhos de construção, reposição, reforma e ampliação assim considerados pela Legislação pertinente e sujeitos à fiscalização do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou, conforme o objeto, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

Situações de Emergência: Aquelas caracterizadas pela urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares. Aplicam-se somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Sobrepreço: Quando os preços orçados para a licitação ou os preços contratados são expressivamente superiores aos preços referenciais de mercado, podendo referir-se ao valor unitário de um item, se a licitação ou a contratação for por preços unitários de serviço, ou ao valor global do objeto, se a licitação ou a contratação for por preço global ou por empreitada.

Superfaturamento: Quando houver dano ao patrimônio da NELTUR, caracterizado, por exemplo, mas não exclusivamente:

- a) pela medição de quantidades superiores às efetivamente executadas ou fornecidas;
- b) pela deficiência na execução de obras e serviços de engenharia que resulte em diminuição da qualidade, da vida útil ou da segurança;
- c) por alterações no orçamento de obras e de serviços de engenharia que causem o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato em favor da Contratada;
- d) por outras alterações de cláusulas financeiras que gerem recebimentos contratuais antecipados, distorção do cronograma físico-financeiro, prorrogação injustificada do prazo contratual com custos adicionais para a NELTUR ou reajuste irregular de preços.

Termo de Referência: Documento que deverá conter os elementos técnicos capazes de permitir a avaliação do custo com a contratação; fornecer os elementos técnicos necessários, suficientes e adequados para caracterizar o bem e/ou o serviço a ser contratado; e orientar a execução e a fiscalização contratual.

Valor Estimado do Objeto: Média de valor, definido na fase interna da licitação, que a NELTUR está disposta a desembolsar pelo objeto que pretende contratar.

3. LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES

3.1. As contratações da NELTUR destinadas à prestação de serviços, inclusive de engenharia e de publicidade, à aquisição, locação e alienação de bens e ativos integrantes do seu patrimônio ou à execução de obras a serem integradas a esse, bem como à implementação de ônus real sobre tais bens, serão precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas em Lei e neste Regulamento.

3.1.1. A NELTUR fica dispensada do dever de licitar nas hipóteses de:

- I - comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com seus objetos sociais;
- II - nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

3.2. As licitações e contratações destinam-se a assegurar a seleção da proposta mais vantajosa e a evitar operações em que se caracterize sobrepreço ou superfaturamento, sendo processadas e julgadas com observância aos princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, da igualdade, da probidade administrativa, da motivação, da economicidade, do desenvolvimento nacional sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, da obtenção da competitividade e do julgamento objetivo.

3.3. Nas licitações e contratações serão observadas as seguintes diretrizes:

- a) padronização do objeto da contratação nos editais, no instrumento convocatório e nas minutas de contratos, de acordo com normas internas específicas;
- b) busca da maior vantagem competitiva para a NELTUR considerando custos e benefícios, diretos e indiretos, de natureza econômica, social ou ambiental, inclusive os relativos à manutenção, ao desfazimento de bens e resíduos, ao índice de depreciação econômica e a outros fatores de igual relevância;
- c) parcelamento do objeto, visando a conferir vantagem técnica e econômica, ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja aos limites estabelecidos para a dispensa de licitação em razão do valor;
- d) adoção preferencial da modalidade de licitação denominada pregão, instituída pela Lei Federal nº 10.520, de 2002 e pelo Decreto Municipal 9.614 de 2005, para a aquisição de bens e serviços comuns, assim considerados aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais no mercado;
- e) observação de medidas e de políticas de integridade da NELTUR nas transações com as partes interessadas;

3.4. As licitações e contratos disciplinados por este Regulamento, devem respeitar, especialmente, as normas relativas à:

- a) utilização de produtos, equipamentos e serviços que, comprovadamente, reduzam o consumo de energia e de recursos naturais;
- b) avaliação de impactos de vizinhança, na forma da legislação urbanística;
- c) proteção do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado por investimentos;
- d) acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

3.5. A contratação a ser celebrada pela NELTUR da qual decorra impacto negativo sobre bens do patrimônio cultural, histórico, arqueológico e imaterial tombados dependerá de autorização da esfera de governo encarregada da proteção do respectivo patrimônio, devendo o impacto ser compensado por meio de medidas aprovadas pelo dirigente máximo da NELTUR, na forma da legislação aplicável.

As licitações serão processadas e julgadas por Comissão de Licitação ou por Pregoeiro auxiliado pela Comissão de Pregão, conforme definições deste normativo interno, bem como da legislação vigente.

4. CONTRATAÇÃO DIRETA

I. O processo administrativo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

- a) Caracterização da situação emergencial que justifique a dispensa, quando for o caso;

- b) Razão da escolha do fornecedor ou do executante, e/ou;
c) Justificativa do preço.

II. Em qualquer hipótese de contratação direta, se comprovado, pelo órgão de controle externo, sobrepreço ou superfaturamento, respondem solidariamente pelo dano causado quem houver decidido pela contratação direta e o fornecedor ou o prestador de serviços.

4.1. DISPENSA DE LICITAÇÃO

4.1.1 É dispensável a realização de licitação nas seguintes hipóteses:

I - para obras e serviços de engenharia de valor até R\$ 100.000,00 (cem mil reais), desde que não se refiram a parcelas de uma mesma obra ou serviço ou ainda a obras e serviços de mesma natureza e no mesmo local que possam ser realizadas conjunta e concomitantemente;

II - para outros serviços e compras de valor até R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e para alienações, nos casos previstos neste Regulamento, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizado de uma só vez;

III - quando não existirem interessados à licitação anterior e essa, **justificadamente**, não puder ser repetida sem prejuízo para a NELTUR, desde que mantidas as condições preestabelecidas;

IV - quando as propostas apresentadas consignarem preços manifestamente superiores aos praticados no mercado nacional ou incompatíveis com os fixados pelos órgãos oficiais competentes;

V - para a compra ou locação de imóvel destinado ao atendimento de suas finalidades precípuas, quando as necessidades de instalação e localização condicionarem a escolha do imóvel, desde que o preço seja compatível com o valor de mercado, segundo avaliação prévia;

VI - na contratação de remanescente de obra, de serviço ou de fornecimento, em consequência de rescisão contratual, desde que atendida a ordem de classificação da licitação anterior e aceitas as mesmas condições do contrato encerrado por rescisão ou distrato, inclusive quanto ao preço, devidamente corrigido;

VII - na contratação de instituição brasileira incumbida regimental ou estatutariamente da pesquisa, do ensino ou do desenvolvimento institucional ou de instituição dedicada à recuperação social do preso, desde que a contratada detenha inquestionável reputação ético-profissional e não tenha fins lucrativos;

VIII - para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeira necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;

IX - na contratação de associação de pessoas com deficiência física, sem fins lucrativos e de comprovada idoneidade, para a prestação de serviços ou fornecimento de mão de obra, desde que o preço contratado seja compatível com o praticado no mercado;

X - na contratação de concessionário, permissionário ou autorizado para fornecimento ou suprimento de energia elétrica ou gás natural e de outras prestadoras de serviço público, segundo as normas da legislação específica, desde que o objeto do contrato tenha pertinência com o serviço público;

XI - na contratação de coleta, processamento e comercialização de resíduos sólidos urbanos recicláveis ou reutilizáveis, em áreas com sistema de coleta seletiva de lixo, efetuados por associações ou cooperativas formadas exclusivamente por pessoas físicas de baixa renda que tenham como ocupação econômica a coleta de materiais recicláveis, com o uso de equipamentos compatíveis com as normas técnicas, ambientais e de saúde pública;

XII - para o fornecimento de bens e serviços, produzidos ou prestados no País, que envolvam, cumulativamente, alta complexidade tecnológica e defesa nacional, mediante parecer de comissão especialmente designada pelo dirigente máximo da NELTUR;

XIII - em situações de emergência, quando caracterizada urgência de atendimento de situação que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança de pessoas, obras, serviços, equipamentos e outros bens, públicos ou particulares, e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídas no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência, vedada a prorrogação dos respectivos contratos, observado o disposto no subitem 4.1.4;

XIV - na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;

XV - na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;

4.1.2 É vedado o parcelamento de demanda do mesmo objeto com o intuito de enquadrar parcela da aquisição/contratação nas hipóteses de dispensa de licitação por valor previstos neste Regulamento.

4.1.3 Na hipótese de nenhuma das Licitantes aceitar a contratação nos termos do subitem 4.1.1, inciso VI, deste Regulamento, poderão ser convocadas as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições ofertadas por estas, desde que o respectivo valor seja igual ou inferior ao valor estimado do objeto contratado, inclusive quanto aos preços atualizados nos termos do instrumento convocatório.

4.1.4 A contratação direta com base no inciso XIII do subitem 4.1.1 não dispensará a responsabilização de quem, por ação ou omissão, tenha dado causa ao motivo ali descrito, inclusive no tocante ao disposto na Lei nº 8.429, de 2 de junho de 1992.

4.1.5 Os valores estabelecidos nos incisos I e II do subitem 4.1.1 podem ser alterados, para refletir a variação de custos, observada a periodicidade mínima de 12 meses, com base no IPCA, por deliberação do Conselho de Administração, devendo receber ampla divulgação na página eletrônica da NELTUR.

4.2. INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO

4.2.1. A contratação direta será feita quando houver inviabilidade de competição, em especial nas hipóteses de:

I - aquisição de materiais, equipamentos ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo;

II - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados, com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

- a) estudos técnicos, planejamentos e projetos básicos ou executivos;
- b) pareceres, perícias e avaliações em geral;
- c) assessorias ou consultorias técnicas e auditorias financeiras ou tributárias;
- d) fiscalização, supervisão ou gerenciamento de obras ou serviços;
- e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;
- f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;
- g) restauração de obras de arte e bens de valor histórico.

III - contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.

4.2.2. Considera-se de notória especialização o profissional ou a empresa cujo conceito no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiência, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permita inferir que o seu trabalho é essencial e indiscutivelmente o mais adequado à plena satisfação do objeto do contrato.

4.2.3. Na hipótese do inciso I do item 4.2.1, a exclusividade deve ser aferida por meio de pesquisa de mercado, devendo-se juntar aos autos do processo administrativo, no que couber, os seguintes documentos:

- a) declarações ou documentos equivalentes emitidos preferencialmente por entidades sindicais, associações ou pelo próprio fabricante, na hipótese de representante exclusivo, que indiquem que o objeto pretendido é comercializado ou fabricado por determinado agente econômico de modo exclusivo;
- b) outros contratos ou extratos de contratos firmados pelo agente econômico, com o mesmo objeto pretendido pela empresa ou sob qualquer outro fundamento que lhe reconheça a exclusividade;

5. PROCEDIMENTOS GERAIS DE LICITAÇÃO

5.1. Para a aquisição de bens e/ou serviços comuns, deverá ser adotada, preferencialmente, a modalidade de licitação denominada Pregão, instituída pela Lei nº 10.520/2002 e pelo Decreto Municipal nº 9.614/2005.

5.2. Os avisos contendo os resumos dos editais das licitações e contratos abrangidos por este Regulamento deverão ser previamente publicados no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da NELTUR.

5.3. Os procedimentos de licitação de que trata este Regulamento observarão as seguintes fases, nesta ordem:

- I - preparação;
- II - divulgação;
- III - apresentação de lances ou propostas, conforme o modo de disputa adotado;
- IV - julgamento;
- V - verificação de efetividade dos lances ou propostas;
- VI - negociação;
- VII - habilitação;
- VIII - interposição de recursos;
- IX - adjudicação do objeto;
- X - homologação do resultado ou revogação do procedimento.

5.4. Do Cadastramento

5.4.1. Para solicitações de inscrição ou renovação no Cadastro de Fornecedores, os interessados poderão requisitar sua inclusão/renovação através do formulário fornecido pela NELTUR, disponibilizando todas as informações que se fizerem necessárias, assim como as que, eventualmente, forem requeridas pelo respectivo Setor de Compras. Qualquer dúvida deverá ser esclarecida com o referido Setor, situado à Estrada Leopoldo Fróes, nº 773. São Francisco, Niterói/RJ, ou pelo telefone: (21) 3611-3800 no Ramal: 3833.

5.4.2. O interessado deverá juntar ao formulário "Solicitação de Serviços" , o formulário "Dados Cadastrais" e uma via de cada um dos documentos referidos na "Relação de Documentos para Inscrição no Cadastro de Fornecedores da NELTUR" em original, cópia autenticada, ou que possa ser constatada a autenticidade em websites de Órgãos da Administração Pública, ou publicação oficial em Órgão da Administração Pública seguindo todas as informações contidas no "Caderno de Instruções Para Inscrição No Cadastro de Fornecedores", disponível no Protocolo e no Site da NELTUR.

5.4.3. Após a formalização do processo administrativo, no Setor de Protocolo da NELTUR, o mesmo será encaminhado ao Setor de Compras, que será auxiliado pelo Pregoeiro, para a análise da documentação apresentada.

5.4.4. O Setor Responsável pelo cadastramento, poderá diligenciar no sentido de obter os esclarecimentos necessários acerca dos documentos apresentados e de informações prestadas, podendo solicitar a regularização de documentos que tenham sido fornecidos de forma irregular, se for o caso. As exigências deverão ser cumpridas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, findo o qual, o pedido de inscrição, renovação ou alteração será arquivado.

5.4.5. Os documentos cuja validade se expire, serão objeto de atualização constante, devendo ser apresentados sempre até 10 (dez) dias antes do término de sua validade. Toda a entrada de documentos deverá estar acompanhada de petição.

5.4.6. O cadastramento não é obrigatório para participação nos procedimentos licitatórios realizados pela NELTUR.

5.5. Da Fase Preparatória

5.5.1. As contratações serão antecedidas por planejamento prévio e detalhado, com a finalidade de otimizar seu desempenho e proteger o interesse público envolvido, com transparência e equidade, com vistas a maximizar seus resultados econômicos e finalidades estatutárias.

5.5.2. O planejamento objetiva a adequada caracterização do objeto a ser contratado, mediante avaliação de sua utilidade e necessidade, de acordo com a previsão dos recursos orçamentários.

5.5.3. Na fase preparatória será avaliada a existência dos seguintes elementos:

- I - necessidade e conveniência da contratação;
- II - presença dos requisitos legais para a contratação;
- III - definição do objeto e das condições básicas de contratação;
- IV - definição do valor estimado da contratação, mantendo seu sigilo em todas as fases do processo.

5.6 Da Pesquisa de Preços

5.6.1. O certame licitatório, bem como os casos de dispensa e inexigibilidade, deverá ser precedido de ampla pesquisa de preços, a fim de que seja verificado o preço médio de mercado.

5.6.2. Por ampla pesquisa, entende-se a inclusão do maior número de fontes disponíveis, mediante a utilização dos seguintes parâmetros **cumulativos**, conforme Decreto Municipal nº12.517/2017:

I. Consulta ao Portal de Compras Governamentais – www.comprasgovernamentais.gov.br;

II. Consulta a Preços publicados em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenham a data e hora de acesso;

III. Consulta a contratos similares de outros entes públicos, em execução ou concluídos, no máximo, nos 180 dias anteriores à data da pesquisa de preços;

IV. Pesquisa de mercado com pelo menos 3 (três) fornecedores distintos do ramo de mercado local e/ou regional, observando-se a disponibilidade do objeto da contratação;

V. Pesquisa em banco de preços públicos ou privados, devidamente estabelecidos e reconhecidos no mercado.

5.6.3. A consulta às empresas do ramo pertinente não deve ser dispensada ou substituída pela consulta aos preços públicos, mesmo que nas prorrogações contratuais.

5.6.4. Não será admitida pesquisa de preços e/ou envio das propostas pelas empresas consultadas, com defasagem de mais de 180 (cento e oitenta) dias entre a finalização do procedimento de formação do preço e a data do certame ou da contratação.

5.6.5. Não serão admitidas estimativas de preço obtidas em sítios eletrônicos de leilão ou de intermediação de vendas.

5.6.6. Excepcionalmente, mediante justificativa da autoridade competente, será admitida a pesquisa que não observe todos os requisitos do item 5.5.5.

5.6.7. Quando a pesquisa de preços for realizada diretamente com os fornecedores, estes deverão receber do órgão contratante uma solicitação formal para apresentação de cotação, devendo ser enviada, obrigatoriamente, com cópia do projeto básico, termo de referência ou documento equivalente que apresente adequada caracterização do objeto e critérios de contratação.

5.6.8. Deverá ser conferido aos fornecedores prazo de resposta compatível com a complexidade do objeto a ser licitado, o qual não será inferior a 5 (cinco) dias úteis.

5.6.9. Só poderão ser consideradas as propostas apresentadas por fornecedores cujo objeto social seja compatível com o objeto da contratação.

5.6.10. Em caso de alteração das características da contratação, deverá ser repetida a pesquisa de preços, anexando-se à solicitação de cotação o novo projeto básico, termo de referência ou documento equivalente.

5.6.11. Durante a pesquisa de preços, terminado o prazo estipulado, caso não se obtenha o mínimo de 3 (três) propostas válidas, a pesquisa deverá ser repetida, incluindo novos fornecedores, se possível.

5.6.12. O resultado da pesquisa de preços será a média ou o menor dos preços obtidos, observados os seguintes parâmetros:

I - Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, deverá ser realizada análise crítica dos preços pesquisados, a fim de verificar eventuais propostas cujos preços possam ser considerados inexequíveis ou excessivamente elevados, e, ainda, verificar a similaridade com o objeto, especificações, qualidade, prazos e garantias definidos pela Administração;

II - o responsável deverá fazer um balizamento entre o resultado obtido e os preços praticados no âmbito dos órgãos e entidades da Administração Pública, através da análise de contratos recentes ou vigentes, Atas de Registro de Preços, e outros meios, para verificar se o resultado apresenta o preço praticado no mercado.

5.6.13. O responsável deverá documentar todo o meio utilizado para realização pesquisa de preços, bem como da resposta e/ou resultado desta, entranhando todos os atos do procedimento no processo administrativo referente à contratação.

5.6.14. Deverá constar no processo, ainda, a indicação do responsável pela formação de preços, com nome, cargo e matrícula do funcionário.

5.6.15. O processo deverá conter a metodologia de custos para a formação de preços, com planilhas detalhadas que expressem a composição de todos os seus custos unitários.

5.6.16. O disposto neste tópico não se aplica, obrigatoriamente, a obras e serviços de engenharia.

5.6.17. A pesquisa de preços para formação do valor estimado para compras e serviços que não sejam de engenharia será realizada mediante a utilização de um dos seguintes parâmetros:

I - Preços existentes no Painel de Compras do Governo Federal;

II - Preços obtidos por outros órgãos ou entidades públicas;

III - Pesquisa com os fornecedores ou prestadores de serviços, conforme o caso;

IV - Preços de tabelas oficiais; e

V - Preços constantes de banco de preços e homepages.

5.6.18. No caso do inciso IV do subitem 5.6.17, somente serão admitidos os preços cujas datas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

5.6.19. Deverá ser observado o intervalo temporal máximo de 90 (noventa) dias corridos entre a data das cotações e a instauração do procedimento licitatório. Caso seja ultrapassado o referido intervalo temporal máximo, as cotações deverão ser atualizadas.

5.6.20. Excepcionalmente, mediante justificativa do dirigente máximo, será admitida a pesquisa com menos de 03 (três) preços de fornecedores ou prestadores de serviços.

5.6.21. Para a obtenção do resultado da pesquisa de preços, não poderão ser considerados os preços inexequíveis ou os excessivamente elevados, conforme critérios fundamentados e descritos no processo administrativo.

5.6.22. Quando a pesquisa de preços for realizada com os fornecedores e prestadores de serviços, estes deverão receber solicitação formal para apresentação de cotação, por meio físico ou eletrônico.

5.6.23. A diferença entre os preços cotados não deve se mostrar desarrazoada, de forma que se verifique discrepância entre os valores coletados na pesquisa realizada pela Administração, assim como estes e os sabidamente praticados no mercado, de modo que não reflitam a realidade, tornando-se inadequadas para delimitar as licitações.

5.6.24. O valor estimado do contrato a ser celebrado pela NELTUR será sigiloso, facultando-se à NELTUR, mediante justificação na fase de preparação, conferir publicidade ao valor estimado do objeto da licitação, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas.

5.6.25. No caso de julgamento por melhor técnica, o valor do prêmio ou da remuneração será incluído no instrumento convocatório.

5.6.26. A informação relativa ao valor estimado do objeto da licitação, ainda que tenha caráter sigiloso, será disponibilizada a órgãos de controle externo e interno, devendo a NELTUR registrar em documento formal sua disponibilização aos órgãos de controle, sempre que solicitado.

5.7. Da Divulgação

5.7.1. Para fins de atender à publicidade dos atos, os avisos contendo os resumos dos editais das licitações e contratos devem ser previamente publicados no Diário Oficial do Município e no sítio eletrônico da NELTUR, observados os prazos mínimos estabelecidos em lei para apresentação de propostas ou lances.

5.7.2. As modificações realizadas no edital exigem divulgação pela mesma forma em que se deu o texto original, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

5.8. Da Habilitação

5.8.1. A abertura dos envelopes contendo as propostas dos concorrentes habilitados, será realizada desde que transcorrido o prazo sem interposição de recurso, ou tenha havido desistência expressa, ou após o julgamento dos recursos interpostos.

5.8.2. A fase de habilitação (VII do subitem 5.3) poderá, excepcionalmente, anteceder as referidas nos incisos III a VI do subitem 5.3 desde que expressamente previsto no instrumento convocatório.

5.8.3. Os documentos necessários à habilitação poderão ser apresentados em original, por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da administração ou publicação em órgão da imprensa oficial, ou que possa ser constatada a autenticidade em website de Órgãos da Administração Pública, podendo ser dispensada, no todo ou em parte, nos casos de convite, concurso, fornecimento de bens para pronta entrega e leilão.

5.8.4. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - regularidade fiscal e trabalhista

III - qualificação técnica;

IV - qualificação econômico-financeira;

V - cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.

5.8.4.1. A documentação relativa à habilitação jurídica, conforme o caso, consistirá em:

I - cédula de identidade;

II - registro comercial, no caso de empresa individual;

III - ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

IV - inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova dos administradores em exercício;

V - decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

5.8.4.2. A documentação relativa à regularidade fiscal e trabalhista, conforme o caso, consistirá em:

I - prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);

II - prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

III - prova de regularidade para com a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

IV - prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

V - prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa.

Parágrafo único: Caso a requerente possua isenção ou não necessite da inscrição de que trata o inciso III do item acima, deverá ser juntada documentação comprobatória.

5.8.4.3. A documentação relativa à qualificação técnica, conforme o caso, consistirá em:

I - registro ou inscrição na entidade profissional competente;

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

III - comprovação, fornecida pela NELTUR, de que recebeu os documentos, e, quando exigido, de que tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação, e;

IV - prova de atendimento de requisitos previstos em lei especial, quando for o caso.

Parágrafo único: A comprovação de aptidão referida no inciso II do item acima, no caso de licitações pertinentes a obras e serviços, será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente certificados pela entidade profissional competente, limitadas quanto à capacitação técnico-profissional, comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data da licitação, profissional de nível superior detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

5.8.4.4. Para capacitação técnico-profissional será exigida a comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às

parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos;

5.8.4.5. As parcelas de maior relevância técnica ou de valor significativo, mencionadas acima, serão prévia e objetivamente definidas no instrumento convocatório.

5.8.4.6. Será sempre admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

5.8.4.7. Nas licitações para fornecimento de bens, a comprovação de aptidão, quando for o caso, será feita através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado.

5.8.4.8. É vedada a exigência de comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo ou de época ou ainda em locais específicos, ou quaisquer outras não previstas neste Regulamento, que inibam a participação na licitação.

5.8.4.9. Os profissionais indicados pelo licitante para fins de comprovação da capacitação técnico-operacional deverão participar da obra ou serviço objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissionais de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pela NELTUR.

5.8.4.10. A documentação relativa à qualificação econômico-financeira, conforme o caso, consistirá em certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física;

5.8.5. A habilitação atenderá ainda as seguintes disposições:

I - os documentos de habilitação serão exigidos apenas do licitante vencedor, exceto no caso de inversão de fases;

II - no caso de inversão de fases, só serão abertos os envelopes e julgadas as propostas dos licitantes previamente habilitados;

III - poderá ser solicitada a comprovação da legitimidade dos atestados de capacidade técnica apresentados, mediante, dentre outros documentos, de cópia do respectivo contrato, endereço da contratante e local em que foram prestados os serviços.

5.9. Do Julgamento

5.9.1. Poderão ser utilizados os seguintes critérios de julgamento:

I. Menor Preço;

II. Melhor Combinação de Técnica e Preço;

III. Melhor Técnica;

IV. Melhor Conteúdo Artístico.

5.9.2. Os critérios de julgamento serão expressamente identificados no instrumento convocatório e poderão ser combinados na hipótese de parcelamento do objeto, visando a ampliar a participação de licitantes, sem perda de economia de escala, e desde que não atinja valores inferiores aos limites estabelecidos no item 4.1.1, I e II.

5.9.3. Na hipótese de adoção dos critérios referidos nos incisos III e IV do subitem 5.9.1, o julgamento das propostas será efetivado mediante o emprego de parâmetros específicos, definidos no instrumento convocatório, destinados a limitar a subjetividade do julgamento.

5.9.4. Para efeito de julgamento, não serão consideradas vantagens as não previstas no instrumento convocatório.

5.9.5. Quando for utilizado o critério “melhor combinação de técnica e preço”, a avaliação das propostas técnicas e de preço considerará o percentual de ponderação mais relevante, limitado a 70% (setenta por cento).

5.10. Do Desempate e da Preferência

5.10.1. Em caso de empate entre 2 (duas) ou mais propostas, devem ser utilizados os seguintes critérios de desempate, **nesta ordem**:

I – disputa final, em que os licitantes empatados podem apresentar nova proposta fechada, em ato contínuo ao encerramento da etapa de julgamento;

II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, conforme critério objetivo de avaliação instituído no cadastro da NELTUR;

III – critérios estabelecidos no artigo 3º da Lei Federal nº 8.248, de 23 de outubro de 1991, e no § 2º do artigo 3º da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993; e

IV – sorteio.

5.10.2. Nos procedimentos licitatórios realizados na forma eletrônica, em que haja apresentação de propostas ou lances de valores idênticos, deve prevalecer aquela que for recebida e registrada primeiro.

5.10.3. É assegurada a preferência de contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, como critério de desempate.

5.10.4. Considera-se empate a situação em que a proposta apresentada por microempresa e empresa de pequeno porte seja igual ou superior, em até 10% (dez por cento), à proposta da pessoa jurídica mais bem classificada, não enquadrada nos termos da Lei Complementar Federal nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

5.10.5. Para licitações na modalidade pregão, o intervalo previsto no item acima é de até 5% (cinco por cento).

5.10.6. Após o encerramento da fase de lances e antes da classificação definitiva de preços, ou, quando invertidas as fases, na classificação das propostas, a comissão de licitação deverá:

I – verificar se o menor preço alcançado foi ofertado por microempresa ou empresa de pequeno porte, assim qualificada, hipótese em que será afastado o exercício do direito de preferência, prosseguindo-se com as regras do certame;

II – verificar, caso o preço vencedor não seja de microempresa ou empresa de pequeno porte, se há preços ofertados por licitantes assim qualificadas nos limites e modalidades previstos no item 5.10.4;

III – conceder, no caso de empate ficto, o prazo máximo de 5 (cinco) minutos, no pregão, e o prazo máximo estabelecido no edital respectivo, nos demais procedimentos de licitação, para que a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, querendo, apresente proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, sob pena de preclusão.

5.10.7. No pregão, caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte não preencha os requisitos para participar da fase de lances, não poderá invocar o benefício do empate ficto.

5.10.8. O intervalo de empate é sempre entre as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte e a empresa que ofertou o menor valor, mesmo que entre elas existam preços ofertados por outras empresas.

5.10.9. Caso haja empate real nas propostas escritas de microempresas e empresas de pequeno porte e destas em relação à proposta de menor valor, deve a comissão

de licitação efetuar sorteio, para fins de classificação preliminar e possibilidade do exercício do benefício do empate ficto.

5.10.10. No prazo concedido para desempate, se a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada não exercer o benefício de ofertar preço inferior àquele considerado vencedor do certame, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do empate ficto, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito, garantidos os mesmos prazos inicialmente concedidos.

5.10.11. Aplicam-se as regras constantes no item 5.10.6 e dos 5.10.7. a 5.10.10 deste Regulamento às licitações do tipo técnica e preço e melhor técnica, no momento da análise das propostas comerciais.

5.11. Verificação da Efetividade dos Lances ou Propostas

5.11.1. Efetuado o julgamento dos lances ou propostas, será promovida a verificação de sua efetividade, promovendo-se a desclassificação daqueles que:

I - contenham vícios insanáveis;

II - descumpram especificações técnicas constantes do instrumento convocatório;

III - apresentem preços manifestamente inexequíveis;

IV - se encontrem acima do orçamento estimado para a contratação;

V - não tenham sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela NELTUR;

VI - apresentem desconformidade com outras exigências do instrumento convocatório, salvo se for possível a acomodação a seus termos antes da adjudicação do objeto e sem que se prejudique a atribuição de tratamento isonômico entre os licitantes.

5.11.2. A verificação da efetividade dos lances ou propostas poderá ser feita exclusivamente em relação aos lances e propostas mais bem classificados.

5.11.3. A NELTUR poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada.

5.11.4. Nas licitações de obras e serviços de engenharia, consideram-se inexequíveis as propostas com valores globais inferiores a 70% (setenta por cento) do menor dos seguintes valores:

I - média aritmética dos valores das propostas superiores a 50% (cinquenta por cento) do valor do orçamento estimado pela NELTUR; ou

II - valor do orçamento estimado pela NELTUR.

5.11.5. Para os demais objetos, para efeito de avaliação da exequibilidade ou de sobrepreço, deverão ser estabelecidos critérios de aceitabilidade de preços que considerem o preço global, os quantitativos e os preços unitários, assim definidos no instrumento convocatório.

5.12. Da Apresentação de Lances ou Propostas e do Modo de Disputa

5.12.1. Deverá ser adotado o modo de disputa fechado, de modo que as propostas apresentadas pelos licitantes serão sigilosas até a data e a hora designadas para que sejam divulgadas.

5.13. Da Negociação

5.13.1. Confirmada a efetividade do lance ou proposta que obteve a primeira colocação na etapa de julgamento, ou que passe a ocupar essa posição em decorrência da desclassificação de outra que tenha obtido colocação superior, a NELTUR deverá negociar condições mais vantajosas com quem a apresentou.

5.13.2. A negociação deverá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem inicialmente estabelecida, quando o preço do primeiro colocado, mesmo após a negociação, permanecer acima do orçamento estimado.

5.13.3. Se depois de adotada a providência referida no subitem acima não for obtido valor igual ou inferior ao orçamento estimado para a contratação, a licitação será declarada fracassada.

5.14. Interposição de Recursos

5.14.1. Os procedimentos licitatórios regidos por este Regulamento terão fase recursal única, salvo no caso de inversão de fases.

5.14.2. As razões demonstrando o(s) motivo(s) do recurso deverão ser apresentadas no momento do certame e registradas na ata.

5.14.3. O prazo de interposição do recurso será de 05 (cinco) dias úteis, a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata, devendo a motivação estar vinculada às razões apresentadas conforme item acima.

5.14.4. O recurso deverá ser protocolizado, tempestivamente, no Setor de Protocolos da NELTUR.

5.14.5. O prazo para apresentação das contrarrazões será de 05 (cinco) dias úteis, a contar do término do prazo do recorrente, devendo ser protocolizada no Setor de Protocolos da NELTUR.

5.14.6. Na hipótese de inversão de fases, o prazo de 05 (cinco) dias úteis, será aberto após a habilitação e após o encerramento da fase de efetividade dos lances ou propostas, abrangendo o segundo prazo também os atos decorrentes da fase de julgamento.

5.14.7. É assegurado aos licitantes o direito de obter vistas dos elementos dos autos indispensáveis à defesa de seus interesses.

5.14.8. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Regulamento, exclui-se o dia do início e inclui-se o do vencimento.

5.14.9. Os prazos se iniciam e vencem exclusivamente em dias úteis.

Parágrafo único: Só se iniciam e vencem os prazos referidos, em dia de expediente na NELTUR.

5.14.10. O recurso será dirigido ao Diretor Presidente da NELTUR, por intermédio da autoridade que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 05 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir ao Diretor Presidente da NELTUR, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro de um novo prazo de 5 (cinco) dias úteis.

5.14.11. Nenhum prazo de recurso ou pedido de reconsideração, se inicia ou corre sem que os autos do processo estejam com vista franqueada ao interessado.

5.14.12. O acolhimento de recurso implicará invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

5.15. Da Adjudicação

5.15.1. Após a habilitação, exauridos eventuais recursos administrativos, o objeto será adjudicado ao licitante vencedor.

5.16. Da Homologação

5.16.1 A homologação do resultado implica a constituição de direito relativo à celebração do contrato em favor do licitante vencedor.

5.17. Encerramento da Licitação

5.17.1. Os seguintes atos administrativos implicam o encerramento da licitação:

a) anulação da licitação, no todo ou em parte, por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, salvo quando for viável a convalidação do ato ou do procedimento viciado;

b) revogação da licitação, por motivo de interesse público decorrente de fato superveniente que constitua óbice manifesto incontornável para o prosseguimento da licitação, ou;

c) homologação da licitação.

5.17.2. A anulação da licitação por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar.

5.17.3. A nulidade da licitação induz à do contrato.

5.17.4. Depois de iniciada a fase de apresentação de lances ou propostas, a revogação ou a anulação da licitação somente será efetivada depois de se conceder prazo de 05 (cinco) dias úteis aos licitantes para contestarem, de forma a assegurar o exercício do direito ao contraditório e à ampla defesa.

5.17.5. Os procedimentos para a revogação e a anulação aplicam-se, no que couber, aos atos por meio dos quais se determine a contratação direta.

6. DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

6.1 As licitações serão processadas e julgadas por comissão permanente ou especial, designada pelo Diretor-Presidente através de Portaria.

6.1.1. A Comissão Permanente de Licitação será composta por, no mínimo, 4 (quatro) membros tecnicamente qualificados, sendo 2 (dois) deles ocupantes de cargos de provimento efetivo da NELTUR.

6.1.2. Os membros da Comissão Permanente de Licitação responderão solidariamente por todos os atos praticados pela comissão, salvo se posição individual divergente estiver registrada na ata da reunião em que adotada a decisão.

6.2. São competências da comissão de licitação:

I – elaborar as minutas dos editais e contratos e remeter à aprovação da Assessoria Jurídica;

II – processar licitações, receber e responder a pedidos de esclarecimentos, receber e decidir as impugnações contra o instrumento convocatório;

III – receber, examinar e julgar as propostas, conforme requisitos e critérios estabelecidos no instrumento convocatório;

IV – desclassificar propostas nas hipóteses previstas na legislação e neste Regulamento;

V – receber e examinar os documentos de habilitação, declarando habilitação ou inabilitação, de acordo com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;

VI – receber recursos, apreciar sua admissibilidade e, se não reconsiderar a decisão, encaminhá-los ao Diretor Presidente da NELTUR;

VII – dar ciência aos interessados das decisões adotadas nos procedimentos;

VIII – encaminhar os autos da licitação ao Diretor Presidente da NELTUR para adjudicar o objeto, homologar a licitação e convocar o vencedor para a assinatura do contrato;

IX – propor ao Diretor Presidente da NELTUR a revogação ou a anulação da licitação; e

X – propor ao Diretor Presidente da NELTUR a aplicação de sanções relativas à fase interna da licitação.

6.3. É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, promover as diligências que entender necessárias.

6.4. É facultado à Comissão de Licitação, em qualquer fase da licitação, desde que não seja alterada a substância da proposta, adotar medidas de saneamento destinadas a esclarecer informações, corrigir impropriedades na documentação de habilitação ou complementar a instrução do processo.

7. PROCEDIMENTOS DE LICITAÇÃO NA MODALIDADE PREGÃO

7.1. Da Fase Preparatória do Pregão:

7.1.1. A Autoridade competente justificará a necessidade de contratação e definirá o objeto do certame, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação da proposta, as sanções por inadimplemento e as cláusulas do contrato, inclusive com a fixação dos prazos para fornecimento.

7.1.2. A definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara, vedadas as especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição.

7.1.3. Dos autos do procedimento, constarão a justificativa das definições referidas no item 4 e os indispensáveis elementos técnicos sobre os quais estiverem apoiados, bem como orçamento, elaborado pelo Setor de Compras, dos bens ou serviços a serem licitados.

7.1.4. O Diretor Presidente da NELTUR deverá indicar, através de Portaria, dentre seus servidores, o Pregoeiro, bem como a respectiva equipe de apoio. No mesmo ato que nomear o pregoeiro e a equipe, a autoridade competente designará um pregoeiro substituto, que deverá ter a mesma qualificação do pregoeiro titular, para substituí-lo nos eventuais impedimentos.

7.1.5. O servidor indicado para exercer a função de pregoeiro e o pregoeiro substituto, deverão ter, obrigatoriamente, curso de capacitação específica para atribuições de pregoeiro.

7.1.6. Tanto a elaboração do edital de pregão, quanto seus procedimentos ou a interpretação de suas normas deverá sempre visar a ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometa o interesse da NELTUR, os princípios do julgamento objetivo e da vinculação ao instrumento convocatório.

7.1.7. O pregão não se aplica às contratações de obras e serviços de engenharia, ou qualquer objeto que demande critérios técnicos de julgamento, bem como às alienações de bens imóveis.

7.1.8. Do edital constarão a modalidade da licitação, definição clara do objeto do certame, o regime de execução do objeto, as exigências de habilitação, os critérios de aceitação das propostas, as sanções por inadimplemento, as cláusulas do contrato, mediante minuta, discriminados os prazos para fornecimento, e a indicação do local, data e hora de sua realização;

7.2. Da Fase Externa do Pregão:

7.2.1 A convocação dos interessados será efetuada, obrigatoriamente, por meio de publicação de aviso específico no Diário Oficial do Município e por meio eletrônico, no site da NELTUR, sendo que, para bens e serviços de valores estimados acima de R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), até R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil reais), também deverá haver publicação de aviso em jornal de grande circulação local e, para valores acima de R\$ 650.000,00 (seiscentos e cinquenta mil

reais), além dos avisos obrigatórios, a publicação em jornal de grande circulação regional ou nacional;

7.2.2. Do aviso específico, deverão constar a definição precisa e clara do objeto da licitação, bem como a indicação do local, dia e horário em que poderá ser lida ou obtida a íntegra do edital.

7.2.3. O prazo fixado para a apresentação das propostas, contados a partir da publicação do aviso não será inferior a 8 (oito) dias úteis.

7.2.4. No dia, hora e local designados, terá início a sessão pública do pregão, com o recebimento das propostas de preços, dos documentos de habilitação e da declaração escrita e formal elaborada pelos licitantes de que reúnem os requisitos de habilitação exigidos no edital, devendo o interessado ou seu representante, credenciar-se e, se for o caso, comprovar a existência dos necessários poderes para formulação de propostas e para a prática de todos os demais atos inerentes ao certame.

7.2.5. No curso da sessão, o autor da proposta de valor mais baixo e os das propostas com preços até 10 (dez) por cento superiores àquela, poderão fazer novos lances verbais e sucessivos, até a proclamação do vencedor.

7.2.6. Quando não forem verificadas, no mínimo, 03 (três) propostas escritas de preços nas condições definidas no item acima, o Pregoeiro classificará as melhores propostas, até o máximo de 03 (três,) para que seus autores participem dos lances verbais, quaisquer que sejam os preços oferecidos nas propostas escritas.

7.2.7. Para julgamento e classificação das propostas, será adotado o critério de menor preço, observados os prazos máximos para fornecimento, as especificações técnicas e parâmetros mínimos de desempenho e qualidade definidos no edital.

7.2.8. Os licitantes classificados serão convidados individualmente pelo Pregoeiro a encaminhar lances verbais, a partir do autor da proposta classificada de maior preço e os demais, em ordem decrescente de valor.

7.2.9. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos e decrescentes, observado o horário fixado.

7.2.10. Só serão aceitos lances cujos valores sejam inferiores ao último apresentado.

7.2.11. Não serão aceitos dois ou mais lances do mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido em primeiro lugar.

7.2.12. Caso não se realizem lances verbais, será verificada a conformidade entre a proposta escrita de menor preço e valor estimado para a contratação.

7.2.13. Encerrada a etapa competitiva e ordenadas as ofertas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao objeto e valor, decidindo motivadamente a respeito.

7.2.14. Se for exequível a oferta da primeira classificada, será aberto o envelope contendo a documentação de habilitação, e constatado o atendimento das exigências fixadas no edital, será o licitante declarado vencedor.

7.2.15. Se a oferta não for exequível ou se o licitante desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a oferta subsequente, verificando sua exequibilidade e procedendo à habilitação do proponente, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma oferta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.

7.2.16. No caso de contratação para prestação de serviços, o licitante vencedor deverá encaminhar a planilha de custos, com os respectivos valores readequados ao valor total representado pelo lance vencedor, no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, contados do encerramento da etapa competitiva.

7.2.17. O interesse do licitante em interpor recurso deverá ser manifestado, imediatamente após o encerramento da fase competitiva do pregão, devendo ser registrado em ata com o motivo do recurso, quando lhe será concedido o prazo de 03 (três) dias úteis para apresentação das razões do recurso, com a motivação, ficando os demais licitantes, desde logo intimados a apresentarem contrarrazões em igual prazo, que correrá a partir do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vistas dos autos.

7.2.18. O acolhimento de recurso importará a invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

7.2.19. Decididos os recursos, o Diretor Presidente da NELTUR, fará a adjudicação do objeto da licitação ao licitante vencedor.

7.2.20. Como condição para celebração do contrato, o licitante vencedor deverá manter as mesmas condições de habilitação.

7.2.21. Quando o proponente vencedor não apresentar situação regular, conforme item 5.7, no ato da assinatura do contrato, será convocado outro licitante, observada a ordem de classificação, para celebrar o contrato, e assim sucessivamente, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.2.22. Se o licitante vencedor recusar-se a assinar o contrato injustificadamente, será aplicada a regra estabelecida no item acima, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

7.2.23. A indicação do lance vencedor, a classificação dos lances apresentados e demais informações relativas à sessão pública do pregão constarão de Ata divulgada em conformidade com as formas de publicidade prevista na legislação pertinente, no Diário Oficial do Município e no site da NELTUR.

7.2.24. O prazo de validade das propostas será de 60 (sessenta) dias, se outro não estiver fixado no edital.

7.2.25. O pregoeiro poderá negociar diretamente com o proponente para que seja obtido preço melhor.

7.3. Dos Atos essenciais do Pregão:

7.3.1. Os atos essenciais do Pregão serão documentados e juntados no respectivo processo, cada qual oportunamente, compreendendo, sem prejuízo de outros:

I – requisição de material ou prestação de serviços pela autoridade competente, justificada a necessidade da contratação;

II – descrição detalhada do objeto, orçamento estimativo de custos e cronograma físico-financeiro de desembolso, se for o caso;

III – planilhas de custo, quando couber;

IV – garantia de reserva orçamentária, identificação da natureza da despesa, programa de trabalho e fonte pagadora;

V – autorização de abertura da licitação;

VI – cópia da publicação da Portaria com o ato de designação do pregoeiro, do pregoeiro substituto e da equipe de apoio;

VII – edital e respectivos anexos, quando for o caso;

VIII – parecer jurídico emitido pela Assessoria Jurídica da NELTUR, aprovando o edital;

IX – minuta do termo de contrato;

X – originais das propostas escritas, da documentação de habilitação analisada e dos documentos que a instruírem;

XI – ata da sessão do pregão, contendo, sem prejuízo de outros, o registro dos licitantes credenciados, das propostas escritas e verbais apresentadas, na ordem de classificação, da análise da documentação exigida para habilitação e dos recursos interpostos;

XII – comprovantes da publicação do aviso do edital, do resultado da licitação, do extrato do contrato e dos demais atos relativos à publicidade de certame, conforme o caso.

7.3.2. É vedada a exigência de:

I – garantia de proposta;

II – aquisição do edital pelos licitantes, como condição para participação no certame;

III – Pagamento de taxas e emolumentos, salvo os referentes a fornecimento do edital, que não serão superiores ao custo de sua reprodução gráfica, e aos custos de utilização de recursos de tecnologia da informação, quando for o caso.

8. DA COMISSÃO DE PREGÃO

8.1. As licitação na modalidade Pregão serão promovidas por Comissão de pregão constituída por, pelo menos 4 (quatro) membros, sendo 1 (um) pregoeiro e outros 3 (três) membros da equipe de apoio.

8.2. Das atribuições do Pregoeiro:

I – A elaboração do Edital de acordo com a minuta padrão sugerida pela Procuradoria Geral do Município;

II – A publicação do Edital conforme este Regimento;

III – o credenciamento dos interessados;

IV – o recebimento, abertura, exame e classificação das propostas iniciais de preços apresentadas;

V – a condução da sessão pública do pregão e dos procedimentos relativos aos lances e à escolha da proposta ou do lance de menor preço;

VI – a abertura e análise da documentação de habilitação do licitante vencedor;

VII – o recebimento e processamento da documentação do processo licitatório respectivo, com todos os atos essenciais do pregão, com vistas à verificação de sua regularidade pelos órgãos de controle;

VIII – o processamento dos recursos interpostos;

IX – a adjudicação do objeto do certame ao licitante vencedor, em caso de não haver interposição de recursos;

X – a elaboração da ata;

XI – a condução dos trabalhos da equipe de apoio;

XII – o encaminhamento do processo devidamente instruído para o julgamento dos recursos, adjudicação, homologação e contratação pela NELTUR e, no caso de não haver recursos, para homologação e a contratação;

XIII – a prática dos demais atos pertinentes ao procedimento;

8.3. Após a elaboração do edital, pelo Pregoeiro, de acordo com a minuta padrão sugerida pela Procuradoria Geral do Município, deverá ser remetido à Assessoria Jurídica para aprovação mediante Parecer Jurídico.

8.4. Caso seja identificada, pela Assessoria Jurídica, alguma irregularidade no edital elaborado, este será devolvido ao Pregoeiro para devida regularização.

9. DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

9.1. A fruição dos benefícios previstos na Lei Complementar Federal nº123, de 14 de dezembro de 2006, e no Decreto Municipal nº56.475, de 5 de outubro de 2015, fica condicionada à comprovação prévia, pela licitante, de seu enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte.

9.2 O microempreendedor individual – MEI é modalidade de microempresa, podendo fazer jus aos benefícios, nos termos estabelecidos pelo edital de licitação.

9.3. A condição de microempresa ou empresa de pequeno porte deverá ser previamente declarada pela licitante, por instrumento próprio assinado por seu(s) representante(s) legal(is).

9.4. Em procedimento licitatório presencial, as microempresas e empresas de pequeno porte, por ocasião da participação em certames licitatórios, deverão apresentar, em separado, o comprovante de inscrição e de situação cadastral da pessoa jurídica no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ e declaração que comprove sua condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, bem como de que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento dessa situação.

9.5. Na hipótese do item 9.4., não serão considerados os documentos que estejam dentro de envelopes lacrados de habilitação, que não serão abertos no início da respectiva sessão.

9.6. A falta da declaração de enquadramento da licitante como microempresa ou empresa de pequeno porte, ou sua imperfeição, não conduzirá ao seu afastamento da licitação, mas tão somente dos benefícios da Lei Complementar Federal nº123, de 14 de dezembro de 2006, salvo se se tratar de licitação ou cota exclusivamente destinada a esse tipo de empresa.

9.7. Nos editais, deverá restar especificado que a falsidade das declarações prestadas, objetivando os benefícios da Lei Complementar Federal nº123, de 14 de dezembro de 2006, poderá caracterizar o crime de que trata o artigo 299 do Código Penal, sem prejuízo do enquadramento em outras figuras penais e da aplicação das sanções administrativas previstas na legislação pertinente, observado o devido processo legal, e implicará, também, o afastamento da licitante, se o fato vier a ser constatado durante o trâmite da licitação.

9.8. Em certames para aquisição de bens de natureza divisível, deverá estabelecer, cota reservada para participação exclusiva de microempresas e empresas de pequeno porte.

9.8.1. O disposto no item 9.8 não impede a contratação das microempresas ou empresas de pequeno porte na totalidade do objeto.

9.9. Deverá ser concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal e regional, a ampliação da eficiência das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica.

9.9.1. Para o cumprimento do item 9.9, a NELTUR:

I) Deverá realizar processo licitatório destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nos itens de contratação cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

II) Poderá, em relação aos processos licitatórios destinados à aquisição de obras e serviços, exigir dos licitantes a subcontratação de microempresa ou empresa de pequeno porte;

III) Deverá estabelecer, em certames para aquisição de bens de natureza divisível, cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte.

9.9.2. Nas licitações divididas em lotes de contratação, a exclusividade somente se aplicará àqueles cujos valores para contratação sejam estimados em até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais).

9.10. Não se aplica o disposto no item 9.9 quando:

I) Não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II) O tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III) A licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666/93, excetuando-se as dispensas tratadas pelos incisos I e II do art. 24 da mesma Lei, nas quais a compra deverá ser feita preferencialmente de microempresas e empresas de pequeno porte, aplicando-se o disposto no inciso I do item 9.9.1.

9.11. A pesquisa de preços é única para todo o objeto, sendo vedado o estabelecimento de preços de referência distintos para o mesmo bem.

9.12. A previsão editalícia de reserva de cota exclusiva não impede:

I – a incidência das regras de preferência na contratação, na cota de ampla concorrência;

II – o estabelecimento da margem de preferência, em ambas as cotas.

9.13. Nas licitações realizadas nos termos do inciso I e da alínea “a” do inciso II, ambos 9.10. deste Regulamento, deverá o edital estabelecer que:

I – as propostas para ambas as cotas serão abertas e negociadas simultaneamente, se possível, sendo apurado o melhor preço, em primeiro lugar, em relação à cota reservada;

II – não havendo vencedor para a cota reservada, esta poderá ser adjudicada ao vencedor da cota de ampla concorrência, ou, diante de sua recusa, aos licitantes remanescentes, desde que pratiquem o preço do primeiro colocado;

III – se a mesma pessoa jurídica vencer a cota reservada e a cota de ampla concorrência, a contratação do objeto será pelo menor valor obtido na licitação.

9.13.1. Na hipótese do inciso II do item 9.13, o edital também deverá exigir a documentação da qualificação econômico-financeira e técnica relativa ao objeto total da licitação, quando cabível, bem como prever a impossibilidade de adjudicação da totalidade do objeto à licitante que não a houver apresentado.

9.13.2. Tratando-se de licitação na modalidade pregão, a negociação deverá ser retomada nos termos do inciso II item 9.13 após ser constatada a ausência de vencedor na cota reservada, considerando-se a alteração do quantitativo a ser contratado.

9.14. Os benefícios previstos neste tópico não se aplicam quando:

I – não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados local ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

II – o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a Administração Pública Municipal ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

III – a licitação for dispensável ou inexigível, excetuando-se as dispensas previstas nos incisos I e II do item 4.1.1 deste Regulamento, nas quais a compra deverá ser feita de microempresas e empresas de pequeno porte;

IV – o tratamento diferenciado e simplificado não for capaz de alcançar os objetivos de promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito regional e municipal, ampliação da eficiência das políticas públicas, e incentivo à inovação tecnológica.

V – a licitação for deserta ou fracassada

9.14.1. A não aplicação dos benefícios de que trata esta Seção, em razão do enquadramento nas hipóteses dos incisos I, II e IV do 9.14 deste Regulamento, depende de ato administrativo devidamente motivado e subscrito pela autoridade responsável pela homologação da licitação.

9.14.2. Considera-se não vantajosa a contratação quando:

I – o preço ofertado para a cota reservada, nos casos do inciso I e da alínea “a” do inciso II, ambos do item 9.10 deste Regulamento, for mais de 10% (dez por cento) superior ao menor preço apurado para a cota de ampla concorrência, ou;

II – revelar-se comprovadamente antieconômica.

10. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA

10.1. Os contratos destinados à execução de obras e serviços de engenharia admitirão os seguintes regimes, desde que observado os ditames da Lei 13.303, de 2016:

I - empreitada por preço unitário, nos casos em que os objetos, por sua natureza, possuam imprecisão inerente de quantitativos em seus itens orçamentários;

II - empreitada por preço global, quando for possível definir previamente no projeto básico e/ou executivos, com boa margem de precisão, as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual;

III - contratação por tarefa, em contratações de profissionais autônomos ou de pequenas empresas para realização de serviços técnicos comuns e de curta duração;

IV - empreitada integral, nos casos em que o contratante necessite receber o empreendimento, normalmente de alta complexidade, em condição de operação imediata;

V - contratação semi-integrada, quando for possível definir previamente no projeto básico as quantidades dos serviços a serem posteriormente executados na fase contratual, em obra ou serviço de engenharia que possa ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias, e;

VI - contratação integrada, quando a obra ou o serviço de engenharia for de natureza predominantemente intelectual e de inovação tecnológica do objeto licitado ou puder

ser executado com diferentes metodologias ou tecnologias de domínio restrito no mercado.

10.2. Serão obrigatoriamente precedidas pela elaboração de projeto básico, disponível para exame de qualquer interessado, as licitações para a contratação de obras e serviços, com exceção daquelas em que for adotado o regime de contratação integrada.

10.3. As contratações sob regime de execução de contratação semi-integradas e integrada restringir-se-ão a obras e serviços de engenharia e observarão, além das disposições contidas na Lei nº 13.303, de 2016, os seguintes requisitos:

I - o instrumento convocatório deverá conter:

a) anteprojeto de engenharia, no caso de contratação integrada, com elementos técnicos que permitam a caracterização da obra ou do serviço e a elaboração e comparação, de forma isonômica, das propostas a serem ofertadas pelos particulares;

b) projeto básico, nos casos de empreitada por preço unitário, de empreitada por preço global, de empreitada integral e de contratação semi-integrada;

c) parecer técnico, assim entendido como sendo a definição precisa das frações do empreendimento em que haverá liberdade de as contratadas inovarem em soluções metodológicas ou tecnológicas, seja em termos de modificação das soluções previamente delineadas no anteprojeto ou no projeto básico da licitação, seja em termos de detalhamento dos sistemas e procedimentos construtivos previstos nessas peças técnicas;

d) matriz de riscos.

II - o valor estimado do objeto a ser licitado será calculado:

a) a partir de custos unitários de insumos ou serviços menores ou iguais à mediana de seus correspondentes no sistema de registro de preços da SALTUR, no caso de obras e serviços de engenharia contratadas pelo regime de empreitada semi-integrada;

b) com base em valores de mercado, em valores pagos pela administração pública em serviços e obras similares ou em avaliação do custo global da obra, aferido mediante orçamento sintético ou metodologia expedita ou paramétrica, quando das contratações de obras e serviços de engenharia contratadas pelo regime de empreitada integrada.

III - o critério de julgamento a ser adotado será o de menor preço ou de melhor combinação de técnica e preço, pontuando-se na avaliação técnica as vantagens e os benefícios que eventualmente forem oferecidos para cada produto ou solução;

IV - na contratação semi-integrada, o projeto básico poderá ser alterado pela Licitante/Contratada para contemplar as alterações decorrentes das liberalidades constantes no edital, desde que aprovadas pela área competente da SALTUR, uma vez demonstrada a superioridade das inovações em termos de:

a) redução de custos;

b) aumento da qualidade;

c) redução do prazo de execução;

d) facilidade de manutenção; ou

e) facilidade de operação.

10.4. No caso dos orçamentos de obras e serviços de engenharia contratados pelo regime de execução de empreitada integrada:

I - sempre que o anteprojeto da licitação, por seus elementos mínimos, assim o permitir, as estimativas de preço devem se basear em orçamento tão detalhado quanto possível, devendo a utilização de estimativas paramétricas e a avaliação aproximada baseada em outras obras similares ser realizadas somente nas frações do empreendimento não suficientemente detalhadas no anteprojeto da licitação, exigindo-se das contratadas, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento em seus demonstrativos de formação de preços;

II - quando utilizada metodologia expedita ou paramétrica para abalizar o valor do empreendimento ou de fração dele, consideradas as disposições do inciso I, entre 2 (duas) ou mais técnicas estimativas possíveis, deve ser utilizada nas estimativas de preço-base a que viabilize a maior precisão orçamentária, exigindo-se das licitantes, no mínimo, o mesmo nível de detalhamento na motivação dos respectivos preços ofertados.

10.5. Nas contratações integradas ou semi-integradas em que a Licitante/Contratada apresentar proposta de alteração de projeto básico que venha a ser aprovada pela área competente da NELLTUR, os riscos decorrentes de fatos supervenientes deverão ser alocados na Matriz de Risco como sendo responsabilidade integral da Contratada, que deverá arcar integralmente com os custos e efeitos decorrentes da alteração que se mostrarem associados às parcelas alteradas.

10.6. Não será admitida, por parte da NELLTUR, como justificativa para a adoção do regime de contratação integrada, a ausência de projeto básico.

10.7. É vedada a participação direta ou indireta nas licitações para obras e serviços de engenharia de:

I - pessoa física ou jurídica que tenha elaborado o anteprojeto ou o projeto básico da licitação;

II - pessoa jurídica que participar de consórcio responsável pela elaboração do anteprojeto ou do projeto básico da licitação, e;

III - pessoa jurídica da qual o autor do anteprojeto ou do projeto básico da licitação seja administrador, controlador, gerente, responsável técnico, subcontratado ou sócio, neste último caso quando a participação superar 5% (cinco por cento) do capital votante.

10.8. Na contratação de obras e serviços, inclusive de engenharia, poderá ser estabelecida remuneração variável vinculada ao desempenho da Contratada, com base em metas, padrões de qualidade, critérios de sustentabilidade ambiental e prazos de entrega definidos no instrumento convocatório e no contrato.

10.9. Mediante justificativa expressa e desde que não implique perda de economia de escala, poderá ser celebrado mais de um contrato para executar serviço de mesma natureza quando o objeto da contratação puder ser executado de forma concorrente e simultânea por mais de uma Contratada.

11. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA AQUISIÇÃO DE BENS

11.1. A licitação para aquisição de bens poderá contemplar, desde que devidamente justificados, os seguintes requisitos:

I - indicação de marca ou modelo, nas seguintes hipóteses:

a) em decorrência da necessidade de padronização do objeto;

- b) quando determinada marca ou modelo comercializado por mais de um Fornecedor constituir, em razão de circunstância técnica, jurídica ou operacional, o único capaz de atender o objeto do contrato;
- c) quando for necessária, para compreensão do objeto, a identificação de determinada marca ou modelo apto a servir como referência, situação em que será obrigatório o acréscimo da expressão “ou similar ou de melhor qualidade”.

II - exigência de amostra do bem no procedimento de pré-qualificação e na fase de julgamento das propostas ou de lances;

III - exigência de certificação da qualidade do produto ou do processo de fabricação, inclusive sob o aspecto ambiental, por instituição previamente credenciada.

11.2. O Edital poderá exigir, como condição de aceitabilidade da proposta, a adequação às normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) ou a certificação da qualidade do produto por instituição credenciada pelo Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro).

11.3. Será facultado à NELTUR a exclusão de marcas ou de produtos quando:

I – indispensável para melhor atendimento do interesse da NELTUR, comprovado mediante justificativa técnica, operacional ou jurídica;

II – mediante processo administrativo restar comprovado que os produtos adquiridos e utilizados anteriormente não apresentaram o padrão de qualidade mínimo necessário ao atendimento às necessidades da NELTUR.

12. DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS PARA ALIENAÇÃO DE BENS

12.1. A alienação de bens pela NELTUR será precedida de:

I - avaliação formal do bem contemplado, ressalvadas as seguintes hipóteses:

a) na transferência de bens a órgãos e entidades da administração pública, inclusive quando efetivada mediante permuta;

b) na doação de bens móveis para fins e usos de interesse social, após avaliação de sua oportunidade e conveniência socioeconômica relativamente à escolha de outra forma de alienação;

c) na compra e venda de ações, de títulos de crédito e de bens produzidos pela NELTUR.

II - licitação, ressalvadas as seguintes hipóteses:

a) comercialização, prestação ou execução, de forma direta, de produtos, serviços ou obras especificamente relacionados com o objeto social da NELTUR;

b) nos casos em que a escolha do parceiro esteja associada a suas características particulares, vinculada a oportunidades de negócio definidas e específicas, justificada a inviabilidade de procedimento competitivo.

12.2. Estendem-se à atribuição de ônus real a bens integrantes do acervo patrimonial da NELTUR as normas deste Regulamento aplicáveis à sua alienação, inclusive em relação às hipóteses de dispensa e de inexigibilidade de licitação.

13. MINUTAS-PADRÃO DE EDITAIS E CONTRATOS

13.1. A padronização dos instrumentos convocatórios e minutas de contrato da NELTUR para aquisição de bens e a contratação de serviços deverão observar no mínimo as normas deste Regulamento e da lei nº 13.303, de 2016.

13.2. As licitações para aquisição de bens e prestação de serviços deverão ser precedidas e instruídas com termo de referência, na forma estabelecida neste Regulamento.

13.3. O Termo de Referência deverá ser previamente aprovado pelo Diretor Presidente da NELTUR ou por Diretor por ele designado, por despacho motivado.

13.4. O Termo de Referência, que precede e instrui os procedimentos licitatórios, deverá conter, no mínimo:

I - Objeto;

II - Justificativa e objetivo da contratação;

III - Pesquisa de preços;

IV - Parcelamento do objeto;

V - Sustentabilidade;

VI - Contratação de microempresas e empresas de pequeno porte;

VII - Classificação dos bens e serviços comuns;

VIII - Obrigações da NELTUR e da contratada;

IX - Forma de pagamento;

X - Requisitos de habilitação;

XI - Subcontratação;

XII - Alteração subjetiva;

XIII - Controle da execução, e;

XIV - Sanções administrativas.

13.5. São itens obrigatórios em todos os editais de licitações realizadas pela NELTUR:

I - preâmbulo;

II - o objeto da licitação;

III - a forma de realização da licitação, eletrônica ou presencial;

IV - o modo de disputa, os critérios de classificação para cada etapa da disputa e as regras para apresentação de propostas e de lances;

V - os requisitos de conformidade das propostas;

VI - o prazo de apresentação de propostas;

VII - os critérios de julgamento e os critérios de desempate;

VIII - previsão de tratamento diferenciado à microempresas e empresas de pequeno porte;

IX - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedada a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação a preços de referência, sem prejuízo do sigilo do valor orçado, que será mantido até o final da etapa de negociação;

X - os requisitos de habilitação;

XI - exigências, quando for o caso:

a. de marca ou modelo;

b. de amostra;

c. de certificação de qualidade do produto ou do processo de fabricação como requisito para aceitação das propostas na licitação; e

d. de carta de solidariedade emitida pelo fabricante.

XII - o prazo de validade da proposta;

XIII - os prazos e meios para apresentação de pedidos de esclarecimento, impugnações e recursos;

XIV - os prazos e condições para a entrega do objeto;

XV - as formas, condições e prazos de pagamento, bem como o critério de reajuste e manutenção do equilíbrio econômico-financeiro, quando for o caso;

XVI - a exigência de garantias e seguros, quando for o caso;

XVII - as sanções;

XVIII - outras indicações específicas da licitação.

13.6. São cláusulas necessárias nos contratos decorrentes deste Regulamento:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, a data-base e a periodicidade do reajustamento de preços e os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de cada etapa de execução, de conclusão, de entrega, de observação, quando for o caso, e de recebimento;

V - os direitos e as responsabilidades das partes, as tipificações das infrações e as respectivas penalidades e valores das multas;

VI - os casos de rescisão do contrato e os mecanismos para alteração de seus termos;

VII - a vinculação ao instrumento convocatório da respectiva licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexistiu, bem como ao lance ou proposta do licitante vencedor;

VIII - a obrigação do contratado de manter, durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas no curso do procedimento licitatório;

IX - outras cláusulas julgadas essenciais para melhor execução do contrato.

13.7. É vedado constar do instrumento convocatório, excetuando as possibilidades previstas neste Regulamento e que demandam de prévia motivação, as seguintes disposições:

I - cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o caráter competitivo e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio das Licitantes, sem prévia motivação;

II - qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o específico objeto do contrato;

III - exigência de comprovação de atividades ou de aptidão, com limitações de tempo, época, locais específicos que inibam indevidamente a participação na licitação;

IV - utilização de qualquer elemento, critério ou fator sigiloso, secreto, subjetivo ou reservado que possa, ainda que indiretamente, elidir o princípio da igualdade entre as Licitantes.

13.8. O instrumento convocatório deve definir claramente o objeto a ser licitado e a experiência necessária ao Fornecedor do produto ou serviço a ser adquirido.

13.9. Os contratos devem conter cláusulas com sanções administrativas a serem aplicadas em decorrência de atraso injustificado na execução do contrato, contendo a tipificação das infrações e respectivas penalidades e valores das multas, na forma prevista no instrumento convocatório ou no contrato, conforme item 24 e seguintes deste Regulamento.

13.10. As minutas de editais de licitações e dos contratos, bem como seus aditamentos, devem ser examinadas e aprovadas pela Área Jurídica previamente à sua celebração.

14. FORMALIZAÇÃO DA DISPENSA E DA INEXIGIBILIDADE

14.1. O processo de contratação direta será instruído, no que couber, com os seguintes elementos:

I - Caracterização da situação emergencial ou calamitosa que justifique a dispensa, quando for o caso;

II - Razão da escolha do fornecedor ou do executante;

III - Justificativa do preço;

IV - Justificativa quanto à contratação do Diretor que tiver solicitado a respectiva contratação;

VI - Parecer da Assessoria Jurídica;

V - Autorização do Diretor Presidente;

VI - Publicação.

15. DOS IMPEDIMENTOS PARA PARTICIPAR DE LICITAÇÕES

15.1. Estará impedido de disputar licitação ou participar, direta ou indiretamente, da execução de contrato, Fornecedor incluído no cadastro de empresas inidôneas.

15.2. Estará impedida de participar de licitações e de ser contratada pela NELTUR o fornecedor:

I - cujo administrador ou sócio detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital social seja diretor ou empregado da NELTUR, ainda que em cargo comissionado;

II - suspensa pela NELTUR;

III - declarada inidônea pela União, por Estado, pelo Distrito Federal ou por Município, enquanto perdurarem os efeitos da sanção;

IV - constituída por sócio de empresa que estiver suspensa, impedida ou declarada inidônea;

V - cujo administrador seja sócio de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea;

VI - constituída por sócio que tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VII - cujo administrador tenha sido sócio ou administrador de empresa suspensa, impedida ou declarada inidônea, no período dos fatos que deram ensejo à sanção;

VIII - que tiver, nos seus quadros de diretoria, pessoa que participou, em razão de vínculo de mesma natureza, de empresa declarada inidônea.

15.3. Aplica-se a vedação prevista no subitem 15.2:

I - à contratação do próprio empregado ou dirigente, como pessoa física, bem como à participação dele em procedimentos licitatórios, na condição de licitante;

II - cujo proprietário, mesmo na condição de sócio, tenha terminado seu prazo de gestão ou rompido seu vínculo com a NELTUR há menos de 6 (seis) meses, e;

III - a quem tenha relação de parentesco, até o terceiro grau civil, com:

a) dirigente da NELTUR;

b) empregado da NELTUR cujas atribuições envolvam a atuação na área responsável pela licitação ou contratação;

c) autoridade do Município de Niterói, assim entendido aqueles que exercem o cargo de Secretários Municipais, Diretores Gerais, Presidentes de Estatais Municipais e de Órgãos da Administração Direta, Indireta, Autárquica, Fundacional, bem como dos Serviços Sociais Autônomos e seus equivalentes.

16. DOS PRAZOS

16.1. Os procedimentos licitatórios, o cadastramento e os contratos disciplinados por este Regulamento serão divulgados no sítio eletrônico da NELTUR, devendo ser adotados os seguintes prazos mínimos para apresentação de propostas ou lances, contados a partir da divulgação do instrumento convocatório:

I - para aquisição de bens:

a) 5 (cinco) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço, ou;

b) 10 (dez) dias úteis, nas demais hipóteses.

II - para contratação de obras e serviços:

a) 15 (quinze) dias úteis, quando adotado como critério de julgamento o menor preço, ou;

b) 30 (trinta) dias úteis, nas demais hipóteses.

III - no mínimo 45 (quarenta e cinco) dias úteis para licitação em que se adote como critério de julgamento a melhor técnica ou a melhor combinação de técnica e preço, bem como para licitação em que haja contratação semi-integrada ou integrada.

16.2. As modificações promovidas no instrumento convocatório serão objeto de divulgação nos mesmos termos e prazos dos atos e procedimentos originais, exceto quando a alteração não afetar a preparação das propostas.

17. FORMALIZAÇÃO DE CONTRATOS

17.1. Os contratos de que trata este Regulamento serão regidos por suas respectivas cláusulas e pelos preceitos de direito aplicáveis.

17.2. A formalização da contratação será feita por meio de:

I – celebração de contrato, obrigatório nos casos precedidos de licitação ou contratação direta em que:

a) exista obrigação futura para o contratado, não garantida por assistência técnica ou certificado de garantia;

b) o objeto seja manutenção de equipamentos, bens ou instalações da NELTUR;

c) o objeto seja concessão ou permissão de uso de bens pertencentes à NELTUR;

II – emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço ou instrumentos equivalentes;

III – celebração de Termo Aditivo, na hipótese de:

a) alteração de prazo;

b) alteração de preço, excetuando-se os reajustes, atualizações, compensações ou penalizações financeiras, decorrentes de condições de pagamento previstas no contrato, que poderão ser efetivados por apostilamento; ou

c) supressão ou ampliação de objeto ou valor, nos casos permitidos em Lei.

17.4. Independem de termo aditivo, podendo ser efetivada por simples apostilamento, a formalização do reajustamento de preços previsto no instrumento convocatório e no contrato, bem como atualizações, compensações ou penalizações financeiras, decorrentes de condições de pagamento previstas no contrato.

17.5. A redução a termo do contrato poderá ser dispensada no caso de pequenas despesas de pronta entrega e pagamento das quais não resultem obrigações futuras por parte da NELTUR.

17.6. A duração dos contratos regidos por este Regulamento não excederá a 5 (cinco) anos, contados a partir de sua celebração, exceto:

I - para projetos contemplados no plano de negócios e investimentos da NELTUR;

II - nos casos em que a pactuação por prazo superior a 5 (cinco) anos seja prática rotineira de mercado e a imposição desse prazo inviabilize ou onere excessivamente a realização do negócio.

17.7. É vedado o contrato por prazo indeterminado.

18. PUBLICIDADE DOS CONTRATOS

18.1. O extrato dos termos contratuais e de seus correspondentes aditamentos devem ser enviados à Secretaria de Governo para publicação no Diário Oficial do Município e à Diretoria de Turismo para publicação no sítio eletrônico da NELTUR, até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao da sua assinatura, podendo a publicação ocorrer em até 20 (vinte) dias desta data.

18.2. A publicidade a que se refere o subitem 18.1 poderá ser realizada mensalmente, de forma conjunta, reunindo todas as contratações celebradas no período.

18.3. É permitido a qualquer interessado o conhecimento dos termos do contrato e a obtenção de cópia de seu inteiro teor ou de qualquer de suas partes, admitida a exigência de ressarcimento dos custos.

19. ASSINATURA DOS CONTRATOS

19.1. A NELTUR convocará o licitante vencedor ou o destinatário de contratação com dispensa ou inexigibilidade de licitação para assinar o termo de contrato, observados o prazo e as condições estabelecidos, sob pena de decadência do direito à contratação.

19.2. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período.

19.3. É facultado à NELTUR, quando o convocado não assinar o termo de contrato no prazo e nas condições estabelecidos:

I - convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas mesmas condições propostas pelo primeiro classificado, inclusive quanto aos preços atualizados em conformidade com o instrumento convocatório;

II – revogar a licitação.

20. ALTERAÇÃO DOS CONTRATOS

20.1. Os contratos regidos por este Regulamento poderão ser alterados qualitativamente e quantitativamente, por acordo das partes e mediante prévia justificativa da autoridade competente, vedando-se alterações que resultem em violação ao dever de licitar, nos seguintes casos:

I - quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;

II - quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos por este Regulamento;

III - quando conveniente a substituição da garantia de execução;

IV - quando necessária a modificação do regime de execução da obra ou serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;

V - quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado, vedada a antecipação do pagamento, com relação ao cronograma financeiro fixado, sem a correspondente contraprestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;

VI - para restabelecer a relação que as partes pactuaram inicialmente entre os encargos do contratado e a retribuição da administração para a justa remuneração da obra, serviço ou fornecimento, objetivando a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual.

20.2. O contratado poderá aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem nas obras, serviços ou compras, até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, e, no caso particular de reforma de edifício ou de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento) para os seus acréscimos.

20.3. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder os limites estabelecidos no subitem 20.2, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

20.4. Se no contrato não houverem sido contemplados preços unitários para obras ou serviços, esses serão fixados mediante acordo entre as partes, respeitados os limites estabelecidos no subitem 20.2.

20.5. No caso de supressão de obras, bens ou serviços, se o contratado já houver adquirido os materiais e posto no local dos trabalhos, esses materiais deverão ser pagos pela NELTUR pelos custos de aquisição regularmente comprovados e monetariamente corrigidos, podendo caber indenização por outros danos eventualmente decorrentes da supressão, desde que regularmente comprovados.

20.6. A criação, a alteração ou a extinção de quaisquer tributos ou encargos legais, bem como a superveniência de disposições legais, quando ocorridas após a data da apresentação da proposta, com comprovada repercussão nos preços contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

20.7. Em havendo alteração do contrato que aumente os encargos do contratado, a NELTUR deverá restabelecer, por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

20.8. A variação do valor contratual para fazer face ao reajuste de preços previsto no próprio contrato e as atualizações, compensações ou penalizações financeiras decorrentes das condições de pagamento nele previstas, bem como o empenho de dotações orçamentárias suplementares até o limite do seu valor corrigido, não caracterizam alteração do contrato e podem ser registrados por simples apostila, dispensada a celebração de aditamento.

20.9. É vedada a celebração de aditivos decorrentes de eventos supervenientes alocados, na matriz de riscos, como de responsabilidade da contratada.

21. RENOVÇÃO DOS CONTRATOS

21.1. Nos casos dos serviços de natureza contínua, mediante justificativa prévia e específica, o prazo contratual poderá ser prorrogado, por iguais e sucessivos períodos com vistas à obtenção de preços e condições mais vantajosas para a administração, limitada a 60 (sessenta) meses.

21.2. Em caráter excepcional, devidamente justificado e mediante autorização do Diretor Presidente da NELTUR, o prazo limite de que trata o item 21.1 poderá ser prorrogado por até doze meses.

21.3. A prorrogação contratual dependerá de renovada comprovação, pela contratada, do atendimento dos requisitos de habilitação exigidos no edital da licitação ou, no caso de dispensa ou inexigibilidade, da comprovação de toda documentação requerida na contratação.

22. INEXECUÇÃO E RESCISÃO DO CONTRATO

22.1. A inexecução total ou parcial do contrato poderá ensejar a sua rescisão, com as consequências cabíveis.

22.2. Constituem motivo para rescisão do contrato:

I - o descumprimento de obrigações contratuais;

II - a alteração da pessoa do contratado, mediante:

a) a subcontratação parcial do seu objeto, a cessão ou transferência, total ou parcial, a quem não atenda às condições de habilitação e sem prévia autorização da NELTUR;

b) a fusão, cisão, incorporação, ou associação do contratado com outrem, não admitidas no instrumento convocatório e no contrato e sem prévia autorização da NELTUR;

III - o desatendimento das determinações regulares do gestor ou fiscal do contrato;

IV - o cometimento reiterado de faltas na execução contratual;

V - a dissolução da sociedade ou o falecimento do contratado;

VI - a decretação de falência ou a insolvência civil do contratado;

VII - a alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da contratada, desde que prejudique a execução do contrato;

VIII - razões de interesse da NELTUR, de alta relevância e amplo conhecimento, justificadas e exaradas no processo administrativo;

IX - o atraso nos pagamentos devidos pela NELTUR decorrentes de obras, serviços ou fornecimentos, ou parcelas destes, já recebidos ou executados, salvo em caso de calamidade pública, grave perturbação da ordem interna ou guerra, assegurado ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;

X - a não liberação, por parte da NELTUR, de área, local ou objeto para execução de obra, serviço ou fornecimento, nos prazos contratuais, bem como das fontes de materiais naturais especificadas no projeto;

XI - a ocorrência de caso fortuito, força maior ou fato do príncipe, regularmente comprovada, impeditiva da execução do contrato;

XII - o descumprimento da proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho a menores de 16 (dezesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos;

XIII - o perecimento do objeto contratual, tornando impossível o prosseguimento da execução da avença;

XIV - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

XV - ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

XVI - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

XVII - ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XVIII - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública ou celebrar contrato administrativo;

XIX - ter obtido vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XX - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XXI - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos; ou

XXII - ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

22.3. A rescisão do contrato poderá ser:

I - por ato unilateral e escrito de qualquer das partes, mediante comunicação escrita e fundamentada da parte interessada, com antecedência mínima de 30(trinta dias), conforme previsão contratual;

II - amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo no processo de contratação, desde que haja conveniência para a NELTUR;

III - judicial, nos termos da legislação.

23. FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

23.1. A fiscalização do contrato consiste na verificação da conformidade da sua escorrita execução e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do pactuado, devendo ser exercido pelos fiscais do contrato.

23.2. Os fiscais do contrato deverão ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução do contrato.

23.3. A Contratada deverá comunicar aos Fiscais do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis.

23.4. A Contratada caberá designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente aos Fiscais do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços.

23.5. No caso dos serviços mensais, é dever da Contratada elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual.

23.5. São competências dos fiscais do contrato:

a. Quando a Contratada comunicar ao fiscal do contrato qualquer problema ou impossibilidade de execução das obrigações, o fiscal deverá indicar as providências cabíveis a serem adotadas;

b. Verificar se a Contratada designou preposto para estar no local do serviço;

c. Nos casos dos serviços mensais, cobrar da Contratada o relatório mensal sobre a prestação dos serviços, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;

d. Verificar, durante toda a duração do contrato, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação/participação no procedimento licitatório;

e. Analisar se a Contratada está cumprindo todas as obrigações e encargos sociais e trabalhistas, solicitando a demonstração do adimplemento;

f. Anotar em registro próprio, as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder a sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 dias, para ratificação;

g. Cobrar da Contratada a apresentação de novas certidões, quando essas tiverem seus prazos expirados;

h. Em caso de ausência da apresentação das certidões, deverá expedir notificação à Contratada para a demonstração do cumprimento das obrigações e para a apresentação da defesa;

i. O pagamento só será autorizado após declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestado confeccionado pelos fiscais;

j. Examinar se a Contratada encaminhou as faturas para pagamento, acompanhada de comprovante de recolhimento de FGTS e INSS. No caso dos serviços continuados, a comprovação do recolhimento deverá ser mensal.

24. APLICAÇÃO DE PENALIDADES

24.1. Qualquer pessoa física ou jurídica que praticar atos em desacordo com este Regulamento sujeita-se às sanções aqui previstas, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal, após regular processo administrativo.

24.2. Pela inexecução total ou parcial do contrato a NELTUR poderá, garantida a prévia defesa, aplicar ao contratado as seguintes sanções:

a) Advertência;

b) Multa moratória no valor de 2% (dois por cento) por dia útil sobre o valor do contrato até o período máximo de 30 (trinta) dias;

c) Multa moratória no valor de 4% (quatro por cento) por dia útil sobre o valor do contrato no período de 30 a 60 dias de atraso;

d) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do recurso recebido;

e) Em caso de atraso de mais de 60 dias, será entendido como inexecução total do contrato;

f) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração por prazo não superior a 02 (dois) anos;

g) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

h) Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor estimado do objeto;

i) Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do art. 43, § 1º da Lei Complementar 123/2006, conforme previsto no instrumento convocatório e contratual, poderá ser aplicada multa correspondente a até 5% do valor estimado do objeto;

j) Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pelo instrumento convocatório, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor estimado do objeto;

24.3. As sanções de advertência e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar poderão ser aplicadas conjuntamente com a

multa, devendo a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, ser apresentada no prazo de 10 (dez) dias úteis.

24.4. As sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a NELTUR, poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão dos contratos regidos por este Regulamento:

I - tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

II - tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

III - demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a empresa pública ou a sociedade de economia mista em virtude de atos ilícitos praticados.

24.5. São consideradas condutas passíveis de sanções, dentre outras:

I - não atender, sem justificativa, à convocação para assinatura do contrato ou retirada do instrumento equivalente;

II - apresentar documento falso em qualquer processo administrativo instaurado pela NELTUR;

III - frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o processo de contratação;

IV - afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

V - agir de má-fé na relação contratual, comprovada em processo específico;

VI - incorrer em inexecução contratual;

VII - ter frustrado ou fraudado, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o caráter competitivo de procedimento licitatório público;

VIII - ter impedido, perturbado ou fraudado a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público;

IX - ter afastado ou procurado afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;

X - ter fraudado licitação pública ou contrato dela decorrente;

XI - ter criado, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitação pública, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;

XII - ter manipulado ou fraudado o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos celebrados com a administração pública;

XIII - ter dificultado atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos; ou

XIV - ter intervindo em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização.

24.6. As práticas acima exemplificadas, além de acarretarem responsabilização administrativa e judicial da pessoa jurídica, implicarão na responsabilidade individual dos dirigentes das empresas contratadas, dos administradores/gestores e/ou procuradores com poder de gestão, na qualidade de autores, coautores ou partícipes do ato ilícito, nos termos da Lei nº 12.846/2013.

24.7. A sanção de advertência é cabível sempre que o ato praticado, ainda que ilícito, não seja suficiente para acarretar danos à NELTUR, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente, ou a terceiros.

24.8. Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à NELTUR, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros.

25. RECEBIMENTO DO OBJETO DO CONTRATO

25.1. Uma vez executado o Contrato, o objeto será recebido provisoriamente, por intermédio do responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes em até 15 (quinze) dias da comunicação escrita da CONTRATADA, com duração máxima de 90 (noventa) dias.

25.2. O objeto será recebido definitivamente, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

25.3. Caso seja identificado defeitos, inadequações, vícios, ou incorreções resultantes da execução, a CONTRATADA é obrigada a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto do Contrato.

26. CONVÊNIOS

26.1. Convênio é o instrumento destinado a formalizar a comunhão de esforços entre a NELTUR e entidades públicas, associações e/ou entidades sem fins lucrativos, para viabilizar o fomento ou a execução de atividades na promoção de objetivos de interesses comuns.

26.2. Aplicam-se as disposições deste Regulamento, no que couber, aos acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres de convênios celebrados pela NELTUR.

26.3. Os seguintes parâmetros cumulativos deverão ser observados:

a) a convergência de interesses comuns entre as partes;

b) a execução em regime de mútua cooperação;

c) o alinhamento com a função social de realização do interesse coletivo;

d) a análise prévia da conformidade do convênio com a política de transações com partes relacionadas;

e) a análise prévia do histórico de envolvimento com corrupção ou fraude, por parte da instituição beneficiada, e da existência de controles e políticas de integridade na instituição;

f) a vedação de celebrar convênio com dirigente de partido político, titular de mandato eletivo, empregado ou administrador da NELTUR, ou com seus parentes consanguíneos ou afins até o terceiro grau, e também com pessoa jurídica cujo proprietário ou administrador seja uma dessas pessoas.

26.4. A formalização do instrumento contemplará detalhamento dos objetivos, das metas, resultados a serem atingidos, cronograma de execução, critérios de avaliação de desempenho, indicadores de resultados e a previsão de eventuais receitas e despesas, sendo partes integrantes do objeto.

26.5. O prazo do instrumento deve ser estipulado de acordo com a natureza e complexidade do objeto, metas estabelecidas e prazo de execução, sendo vedado o prazo indeterminado.

26.6. A NELTUR poderá celebrar convênio com pessoa física ou com pessoa jurídica para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica, para o fomento do lazer, do esporte e do turismo no Município

de Niterói, observando-se, no que couber, as normas de licitação e contratações previstas neste regulamento.

27. CONTRATOS DE PATROCÍNIO

27.1. A NELTUR poderá celebrar contratos de patrocínio visando o fortalecimento de sua marca, por meio da associação a projeto de iniciativa de terceiro, para promoção de atividades culturais, sociais, esportivas, educacionais e de inovação tecnológica que fomentem o lazer e/ou o turismo no Município de Niterói, objetivando obter ganho à imagem institucional, ao relacionamento com seu público e sua reputação.

27.2. Deve constar, obrigatoriamente, nos contratos de patrocínio:

- a) cláusula de contrapartidas;
- b) cláusula com disposição de inserção, quando possível, do Símbolo Oficial (Logotipo) do **MUNICÍPIO DE NITERÓI** e da **NELTUR** em todos os materiais de divulgação do evento.
- c) cláusula com disposição de a posição onde serão inseridos os símbolos da NELTUR será estabelecida mediante prévio acordo entre a NELTUR e a patrocinada;
- d) cláusula com disposição para a promoção e divulgação da NELTUR, pelos diversos meios de comunicação;
- e) cláusula com disposição de filmagens e fotografias do evento patrocinado, para uso nas campanhas de divulgação do **MUNICÍPIO DE NITERÓI** e da **NELTUR**;

27.3. Nas contratações de patrocínio, a NELTUR deve diligenciar quanto à pertinência do objeto a ser contratado em relação ao contrato ou ao estatuto social da patrocinada.

27.4 A NELTUR exigirá do patrocinado a comprovação da realização da iniciativa patrocinada e das contrapartidas previstas no contrato.

27.5. É vedado realizar, em ano de eleição para cargos do Município de Niterói, despesas com publicidade e patrocínio que excedam a média dos gastos nos 3 (três) últimos anos que antecedem o pleito ou no último ano imediatamente anterior à eleição.

28. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

28.1. Permanecem regidos pela legislação anterior os procedimentos licitatórios e instrumentos contratuais iniciados ou celebrados até 30 de junho de 2018.

28.2. Aplicam-se às licitações as disposições sobre o direito de preferência e desempate constantes dos artigos 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

28.3. A qualquer tempo poderá haver o saneamento de vícios, quando não acarretarem lesão ao interesse público nem prejuízo a terceiros.

28.4. A NELTUR deverá publicar e manter atualizado regulamento interno de licitações e contratos, compatível com o disposto na Lei nº 13.303/16.

COMPANHIA MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA DE NITERÓI – CLIN Despacho do Presidente

Termo Aditivo nº 01/19 ao Contrato de Locação nº 06/19, celebrado entre a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói, como Contratante e de outro lado, como contratada, A EMPRESA INVESTIPLAN COMPUTADORES E SISTEMAS DE REFRIGERAÇÃO LTDA

Objeto: Conforme o supramencionado Processo Administrativo, fica excluído do Contrato ora aditado o ITEM 01: – 215 (duzentos e quinze) microcomputadores tipo 1; 55 (cinquenta e cinco) microcomputadores tipo 2; 03 (três) microcomputadores Notebook por inexecução parcial da Contratada, mantendo os seguintes itens: ITEM 02 – 197 (cento e noventa e sete) dispositivo de proteção estabilizadores tipo 1; 47 (quarenta e sete) dispositivo de proteção Nobreak tipo 1; 03 (três) dispositivo de proteção tipo 2; 08 (oito) disco rígido externo; ITEM 04 – 01 (um) dispositivo de rede- Swith tipo 1; 10 (dez) dispositivo de rede- Swith tipo 2; 05 (cinco) dispositivo de rede- Swith tipo 3; e 08 (oito) dispositivo de rede – Roteador Wireless, Em razão da exclusão, o contrato passa a ter o valor de R\$ 133.488,000 (cento e trinta e três mil, quatrocentos e oitenta e oito reais).

Que se regerá pelo art. 77 da Lei Federal de nº 8.666/93, conforme as cláusulas, Processo Administrativo nº 520/001.189/18

Contrato nº 16/19, contrato de Fornecimento, que entre si celebram como Contratante a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e do outro lado, como contratada, a empresa VIBHUTI COMERCIO LTDA.

Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de seguintes itens: ITEM 01 – 30 (trinta) tambores de óleo 15W/40 multiviscoso trabalho severo; ITEM 02 – 14 (quatorze) tambores de óleo hidráulico padrão 68; ITEM 03 – 06 (seis) tambores de óleo para direção hidráulico vermelho; ITEM 04 – 50 (cinquenta) baldes de aditivo para radiador a base etilenoglicol, conforme as especificações constantes do Anexo I– Termo de Referência do Objeto.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato ou da Ordem de Início, desde que posterior a data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior a data convencionada nesta cláusula.

Dá-se a este Contrato o valor total de R\$ 124.204,00 (cento e vinte quatro mil, duzentos e quatro reais).

natureza das despesas: 3390.30.00, fonte de recurso: 203, programa de trabalho: 04.122.0145.4191 e nota de empenho: 0485/19 E 0486/19, decidem celebrar o presente Contrato que se regerá pelo Decreto Federal de nº 3.555/00, Lei federal de nº 10.520/02, Decreto Municipal de nº 9.614/05, Lei Complementar de nº 123/06 e pela Lei Federal de nº 8.666/93 e suas alterações. Tendo em vista o decidido, ficam designados como fiscais do contrato supracitado os funcionários: Renner Alves de Souza, MAT 66230 e Carlos Antônio Pedro MAT 79 Proc. Administrativo 520/000.124/19

Contrato nº 17/19, contrato de Fornecimento, que entre si celebram como Contratante a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e do outro lado, como contratada, a empresa GOLDEN RIO COMERCIAL EIRELI ME.

Constitui objeto do presente Contrato, o fornecimento de seguintes itens: ITEM 05 – 03 (três) caixas de óleo mineral 20W/40; ITEM 06 – 06 (seis) tambores de óleo 140 diferencial, conforme as especificações constantes do Anexo I– Termo de Referência do Objeto.

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato ou da Ordem de Início, desde que posterior a data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do

extrato como termo inicial de vigência, caso posterior a data convencionada nesta cláusula.

Dá-se a este Contrato o valor total de R\$ 14.016,00 (quatorze mil e dezesseis reais). natureza das despesas: 3390.30.00, fonte de recurso: 203, programa de trabalho: 04.122.0145.4191 e nota de empenho: 0484/19, Decidem celebrar o presente Contrato que se regerá pelo Decreto Federal de nº 3.555/00, Lei federal de nº 10.520/02, Decreto Municipal de nº 9.614/05, Lei Complementar de nº 123/06 e pela Lei Federal de nº 8.666/93 e suas alterações. Tendo em vista o decidido, ficam designados como fiscais do contrato supracitado os funcionários: Rener Alves de Souza, MAT 66230 e Carlos Antônio Pedro MAT 79 Proc. Administrativo 520/000.124/19

Contrato nº 18/19, contrato de Prestação de serviço, que entre si celebram como Contratante a CLIN- Companhia Municipal de Limpeza Urbana de Niterói e do outro lado, como contratada, a empresa SIMPRESS COMERCIO LOCAÇÃO E SERVIÇO LTDA. . Do objeto: Constitui objeto do presente Contrato, a prestação de serviços de locação dos seguintes itens: ITEM 01 – 215 (duzentos e quinze) microcomputadores tipo 1; 55 (cinquenta e cinco) microcomputadores tipo 2; 03 (três) microcomputadores Notebook, conforme as especificações constantes do Anexo I

O prazo de vigência do contrato será de 24 (vinte quatro) meses, contados a partir da data da assinatura do Contrato ou da Ordem de Início, desde que posterior a data de publicação do extrato deste instrumento no D.O., valendo a data de publicação do extrato como termo inicial de vigência, caso posterior a data convencionada nesta cláusula.

Dá-se a este Contrato o valor total de R\$ 585.093,60 (quinhentos e oitenta e cinco mil, noventa e três reais e sessenta centavos).

Natureza das despesas: 3390.39.00, fonte de recurso: 203, programa de trabalho: 04.122.0145.4191 e nota de empenho: 0558/19, Decidem celebrar o presente Contrato que se regerá pelo Decreto Federal de nº 3.555/00, Lei federal de nº 10.520/02, Lei Federal de nº 8.666/93, Decreto Municipal de nº 9.614/05, Lei Complementar de nº 123/06 Tendo em vista o decidido, ficam designados como fiscais do contrato supracitado os funcionários: George Alfradique, MAT 70252 e Simone Fonseca V. Boas MAT 70093 Proc. Administrativo 520/001.189/18

EMPRESA MUNICIPAL DE MORADIA, URBANIZAÇÃO E SANEAMENTO – EMUSA

Atos do Presidente

PORT. Nº. 301/2019 - Designar: **Fabrizio Arriaga Tavares (Mat. 42568) e Sylvio Maia Botelho (Mat. 234682-3)**, para exercerem em nome da **EMUSA**, fiscalização dos seguintes serviços: **“INSTALAÇÃO E FORNECIMENTO DE BALIZADORES DE CONCRETO SOBRE AS FAIXAS DE PEDESTRE PARA AS OBRAS DA TRANSOCEÂNICA, NO MUNICÍPIO DE NITERÓI/RJ (Referente ao Contrato nº101/2019) – Processo ADM. Nº. 080001332/2019 - Presidente da EMUSA.**

PORTARIA Nº. 302/2019- Designar: **Maria Rita Oberlaender (Mat.0579) e Juliana Francisconi Duarte (Mat. 2255)**, para exercerem em nome da **EMUSA**, fiscalização dos seguintes serviços: **“REVITALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NA PRAÇA DA RUA HENRIQUE CASTRIOTO – ENGENHOCA”, (Referente ao Contrato nº099/2019) – Processo ADM. Nº. 510003276/2019 - Presidente da EMUSA.**

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório na modalidade de **Carta Convite (Cose) nº. 041/2019** – Processo Administrativo nº. **750000235/2019**, que visa a execução dos serviços para EMUSA de **“ELABORAÇÃO de PROJETO de DRENAGEM e ESTRUTURAL na RUA NORONHA TORREZÃO nº. 145 no BAIRRO DE SANTA ROSA”,** nesta Cidade, conforme EDITAL, adjudicando os serviços a empresa **CONTECK COMÉRCIO e SERVIÇOS de INSTALAÇÃO de EQUIPAMENTOS EIRELI – cnpj: 30.598.395/0001-37**, pelo valor global de, **R\$ 140.484,31 (Cento e Quarenta Mil, Quatrocentos e Oitenta e Quatro Reais e Trinta e Um Centavos)**, com uma redução em relação ao valor estimado de **1,17%**, com prazo de entrega dos Serviços, Validade a Proposta e Pagamentos, conforme EDITAL, AUTORIZANDO a DESPESA e a EMISSÃO de NOTA de EMPENHO.

ATOS DA CPL - AVISO

TOMADA DE PREÇOS Nº 26/2019 - PROCESSO: 510002866/2019

OBJETO: *contratação de empresa, para a construção de cisterna para armazenar 30.000 litros de água, equipamentos para práticas esportivas e tratamento de equinos, localizado no Parque Rural, no bairro do Engenho do Mato, no Município de Niterói/RJ;* **DATA, HORA E LOCAL:** Dia 03 (três) de dezembro de 2019 às 16:00 (dezesseis) horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba nº 987 - 11º andar - Centro - Niterói – RJ; **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Estar inscrita no cadastro da Prefeitura Municipal de Niterói, suas Autarquias, Fundações ou qualquer de seus órgãos da Administração Indireta, ou, preencher todas as condições para cadastramento, até o terceiro dia anterior ao recebimento da proposta; **VALOR:** R\$ 733.650,81 (setecentos e trinta e três mil, seiscentos e cinquenta reais e oitenta e um centavos); **PRAZO:** 04 (quatro) meses; **EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital e minuta contratual poderão, a critério da EMUSA, ser consultados no site: www.niteroi.rj.gov.br. O Edital completo só poderá ser retirado na CPL da EMUSA mediante a entrega de 01(um) toner compatível com a impressora HP laserjet M1212nf MFP no endereço supracitado. Maiores esclarecimentos sobre a obra poderão ser prestados pelo Presidente da CPL. Niterói, 04 de novembro de 2019. Presidente da CPL da EMUSA.

PREGÃO PRESENCIAL Nº 15/2019 - Proc. 530007635/2019

OBJETO: contratação de empresa para o fornecimento de 1.000 barreiras plásticas de canalização para a utilização no direcionamento do tráfego e delimitando áreas; **DATA, HORA E LOCAL:** Dia 25 (vinte e cinco) de novembro de 2019, às 16:00 (dezesseis) horas, na sede da EMUSA, situada na Rua Visconde de Sepetiba nº 987 - 11º andar - Centro - Niterói – RJ; **CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO:** Poderão participar desta licitação as empresas cujo ramo de atividade esteja compatível com o objeto deste Pregão; **EDITAL E INFORMAÇÕES:** O Edital completo poderá ser adquirido gratuitamente através do site: www.niteroi.rj.gov.br maiores esclarecimentos através da Divisão de Compras no telefone 21-2622.2035; Niterói, 04 de novembro de 2019; **PREGOEIRO OFICIAL DA EMUSA.**

ORDEM DE PARALISAÇÃO

Estamos concedendo Ordem de Paralisação ao **Contrato nº. 109/2018** firmado com a empresa **PIMENTEL & VENTURA**, objetivando a execução de Obras e/ou serviços de **“DEMOLIÇÃO DE 26 (VINTE E SEIS) CASAS NA AREA DE SEGURANÇA DO PREVENTÓRIO, NO BAIRRO DE CHARITAS, NO MUNICIPIO DE NITERÓI, POR MOTIVO A NÃO DESOCUPAÇÃO DE 07 (SETE) IMOVEISPOR INVASORES** a partir de **01/05/2019** Proc. nº. **510001502/2018**, - Presidente da EMUSA.
OMITIDO DA PUBLICAÇÃO DO DIA 30/03/2019.

ORDEN DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 101/2019**, firmado com a empresa **MCB SERVIÇOS E COMERCIO EIRELLI**, objetivando a execução das obras e/ou serviços de **“INSTALAÇÃO COM FORNECIMENTO DE BALIZADORES DE CONCRETO SOBRE AS FAIXAS DE PEDESTRE PARA AS OBRAS DA TRANSOCEÂNICA, NO MUNICIPIO DE NITERÓI/RJ”**, a partir do dia **04/11/2019** com término previsto para. **04/02/2020** Proc. nº. **080001332/2019**.

EXTRATO

INSTRUMENTO: Termo aditivo nº 02 ao contrato nº 19/2019; PARTES: EMUSA e MORENO PERLINGEIRO ENGENHARIA LTDA; OBJETO: alteração do valor contratual, em virtude de mudança quantitativa do objeto, conforme solicitação contida no processo nº 510003036/2019; VALOR: Fica o valor contratual acrescido em R\$ 104.704,44 (cento e quatro mil setecentos e quatro reais e quarenta e quatro centavos) para atender as despesas com o aditivo em questão, correspondendo a 24,99% do valor total da obra; RECURSOS - As despesas decorrentes deste termo, correrão a conta do PT 1051.15.451.0010.4005, Natureza da Despesa 4.4.90.51.00, Fonte 138; FUNDAMENTO: art. 58, I, c/c o art. 65, I, “a” e “b” e seu §1º, parte inicial, todos da Lei Federal nº 8.666/93; DATA: 05/11/2019. – Presidente da EMUSA.

TERMO DE RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

DEVEDORA: EMUSA; CREDORA: SOPE – SOCIEDADE DE OBRAS E PROJETOS DE ENGENHARIA LTDA; OBJETO: O pagamento à CREDORA referente aos serviços realizados pelo período de 07/2015 a 07/2018, do contrato 44/2014; VALOR: R\$ 706.768,03 (setecentos e seis mil, setecentos e sessenta e oito reais e três centavos); PROCESSO: 510000398/2019; DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA – PT 1051.15.182.0010.3008, ND 4.4.90.92.00 e FT 138; Presidente da EMUSA – Niterói, 05 de novembro de 2019.

LICENÇA AMBIENTAL MUNICIPAL PRÉVIA

A Empresa Municipal de Moradia, Urbanização e Saneamento – **EMUSA, CNPJ: 32.104.465/0001-89**, torna público que recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Recursos Hídricos e Sustentabilidade – **SMARHS**, através do processo nº. **250000524/2019**, a Licença Ambiental Municipal Prévia **LAM-P Nº. 023/2019** com validade de 05 de novembro de 2019 a 05 de novembro de 2021.

HOMOLOGAÇÃO

Homologo o resultado do procedimento licitatório na modalidade de **Carta Convite (Cose) nº. 038/2019** – Processo Administrativo nº. **200000491/2016** que visa a execução dos serviços para EMUSA de **“ACESSIBILIDADE nas UNIDADES BÁSICAS de SAÚDE da ILHA da CONCEIÇÃO, MPF PREVENTÓRIO, MPF BADÚ, MPF MORRO do ESTADO, MPF SANTA BÁRBARA, MPF BALDEADOR, MPF VÁRZEA das MOÇAS, MPF CASCAREJO JURUJUBA, MPF NOVA BRASÍLIA e MPF ENGENHO do MATO”**, nesta Cidade, conforme EDITAL, adjudicando os serviços a empresa **A.S ESPÍNDOLA CONSTRUÇÕES e REFORMAS EIRELI** – cnpj: **24.274.963 / 0001 - 41**, pelo valor global de, **R\$ 319.000,01 (Trezentos e Dezenove Mil e Um Centavo)** com uma redução em relação ao valor estimado de **2,8%**, com prazo de entrega dos Serviços, Validade a Proposta e Pagamentos, conforme EDITAL, AUTORIZANDO a DESPESA e a EMISSÃO de NOTA de EMPENHO.

ORDEN DE INÍCIO

Estamos concedendo Ordem de Início ao **CONTRATO nº. 099/2019**, firmado com a empresa **RR FÊNIX TECNOLOGIA EM SERVIÇOS LTDA EPP** objetivando a execução das obras e/ou serviços de **“REVITALIZAÇÃO E INSTALAÇÃO DE EQUIPAMENTOS NA PRAÇA DA RUA HENRIQUE CASTRIOTO - ENGENHOCA”**, a partir do dia **04/11/2019** com término previsto para. **03/03/2020** Proc. nº. **510003276/2018**.